

CIBER



E0020745

MEC

SINOPSE ESTATÍSTICA DO
ENSINO MÉDIO - 1954

3/5(81)1954



Estadística do Ensino Médio

MEC/INEP
SIBE-CIBEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
(Do Conselho Nacional de Estatística — I. B. G. E.)

SINOPSE ESTATÍSTICA DO ENSINO MÉDIO - 1954

(Ensinos secundário geral, comercial e normal)

*Estadística educacional
Ensino Médio*

RIO DE JANEIRO
1955

44859



R
32: 373.3/5
(81)"1954"
B823A

B00 20745

ÍNDICE

Introdução.....	3
I — <i>Ensino Médio em geral</i> (secundário, comercial e normal)	
1. Distribuição dos estabelecimentos de ensino.....	23
2. Unidades escolares, segundo os ramos do ensino e os ciclos didáticos.....	24
3. Alunos matriculados, segundo os ramos do ensino e os ciclos didáticos.....	25
4. Conclusões de curso, segundo os ramos do ensino e os ciclos didáticos.....	26
II — <i>Ensino secundário geral</i>	
1. Unidades escolares, segundo os ciclos didáticos e a entidade mantenedora do ensino	
2. Alunos matriculados, segundo os ciclos didáticos e a entidade mantenedora do ensino.....	27
3. Alunos matriculados, segundo os ciclos didáticos e o currículo escolar.....	28
4. Conclusões de curso, segundo os ciclos didáticos e a entidade mantenedora do ensino.....	29
III — <i>Ensino comercial</i>	
1. Unidades escolares, segundo os ciclos didáticos e a entidade mantenedora do ensino	
2. Alunos matriculados, segundo os ciclos didáticos e a entidade mantenedora do ensino.....	31
3. Alunos matriculados, segundo os ciclos didáticos e o currículo escolar.....	32
4. Conclusões de curso, segundo os ciclos didáticos e a entidade mantenedora do ensino.....	33
IV — <i>Ensino normal</i>	
1. Unidades escolares e alunos matriculados, em 1954, e conclusões de curso, em 1953, segundo a entidade mantenedora do ensino.....	35
2. Alunos matriculados em 1954, segundo o currículo escolar.....	36

ENSINO SECUNDÁRIO GERAL

A estatística do ensino secundário geral, no começo do ano de 1954, acusa a existência de 2 510 unidades escolares que ministravam essa modalidade de ensino, sendo que 1 785 eram cursos ginasiais e 725 cursos do ciclo colegial, compreendendo 537 consagrados ao ensino científico e 188 ao ensino clássico.

O total do corpo discente excedia, em 31 de março, a meio milhão de alunos e se constituía das parcelas seguintes:

	Ciclo ginásial.....	463 687						
Ensino secundário geral.....	Ciclo colegial.....	<table style="display: inline-table; vertical-align: middle; border: none;"> <tr> <td style="border-left: 1px solid black; padding-left: 5px;">Científico..</td> <td style="padding-left: 5px;">66 277</td> <td style="padding-left: 20px;"></td> </tr> <tr> <td style="border-left: 1px solid black; padding-left: 5px;">Clássico...</td> <td style="padding-left: 5px;">10 938</td> <td style="padding-left: 20px;">77 215</td> </tr> </table>	Científico..	66 277		Clássico...	10 938	77 215
Científico..	66 277							
Clássico...	10 938	77 215						
	TOTAL.....	540 902						

Os dados concernentes ao movimento do ensino secundário de 1933 a 1949 apresentam-nos o resultado do crescimento do número das unidades escolares em um período de 16 anos. No ano inicial da série havia no país 417 unidades escolares daquela modalidade de ensino, contra 1 766, no ano terminal. A diferença de 1 349 cursos, entre os dois extremos, representa um avanço de mais 323% em relação ao ano básico da comparação.

Considerando-se o discipulado inscrito nas escolas de ensino secundário geral em 1933 (66 420 educandos) e confrontando essa matrícula com a de 1949 (360 271 educandos) depara-se uma diferença de 293 851 alunos, em números absolutos, ou uma taxa superior a 442%, o que mostra ter sido o crescimento da população escolarizada relativamente maior que o do número de cursos.

As cifras mencionadas, extraídas da publicação "Principais Aspectos do Ensino no Brasil", divulgada em 1953, assinalam, sob o ponto de vista quantitativo, um desenvolvimento algo auspicioso da nossa educação secundária, ao encerrar-se a primeira metade do século XX.

Esse progresso quantitativo, que não pode ser contestado, teve como fator predominante a expansão da iniciativa privada, estimulada pela legislação liberal da República, no que concerne ao reconhecimento oficial dos certificados de aprovação expedidos pelos colégios particulares de ensino médio.

O menor contingente do Estado no crescimento da rede escolar destinada a atender ao ensino secundário geral toma aparências de uma grave omissão, severamente criticada pela corrente de opinião que sustenta o dever da interferência ativa do Governo como agente direto de todos os empreendimentos de cuja realização depende o bem-estar coletivo. Menos como degrau de passagem para o ensino superior, do que como fonte de conhecimentos definitivos e suficientes que preparam o indivíduo para se conduzir com êxito em face dos problemas da vida social, a educação secundária tem uma relevância incontestável e isso, de certo modo, parece justificar o empenho dos que para ela reivindicam uma situação altamente credenciada, levando as suas aspirações a ponto de pleitearem a gratuidade do ensino oficial nesse ramo de preparação didática.

O assunto merece estudo, afigurando-se, entretanto, que uma legislação bem coordenada, objetivando a disciplinação do ensino particular, poderá conduzir aos mesmos resultados que a ação oficial direta no fomento da nossa educação de grau médio, sem sobrecarregar os orçamentos públicos com encargos acima de sua capacidade. A distribuição dos cursos e da matrícula segundo a dependência administrativa do ensino aparece no quadro seguinte.

QUADRO 1

ENSINO SECUNDÁRIO GERAL

Número de cursos e alunos inscritos no início do ano de 1944, segundo a dependência administrativa e os ciclos e suas ramificações

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	NÚMEROS ABSOLUTOS					NÚMEROS PERCENTUAIS				
	Em geral	Ciclos				Em geral	Ciclos			
		Ginasial	Colegial				Ginasial	Colegial		
			Total	Científico	Clássico			Total	Científico	Clássico
NÚMERO DE CURSOS										
Ensino público.....	668	441	228	153	75	26,66	24,72	31,45	29,49	39,89
Federal.....	37	10	18	13	5	1,47	1,07	2,48	2,42	2,66
Estatual.....	552	354	198	131	67	22,00	19,84	27,31	24,39	35,64
Municipal.....	80	68	12	9	3	3,19	3,81	1,66	1,68	1,59
Ensino particular.....	1 841	1 344	497	384	113	73,34	75,28	68,55	71,51	60,11
TOTAL.....	2 510	1 785	725	537	188	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
ALUNOS INSCRITOS										
Ensino público.....	171 121	143 465	27 656	22 849	4 807	31,64	30,94	35,82	34,48	43,95
Federal.....	8 965	6 500	2 465	2 252	213	1,66	1,40	3,19	3,40	1,85
Estatual.....	142 452	118 208	24 244	19 804	4 440	26,34	25,49	31,40	29,88	40,59
Municipal.....	19 704	18 757	947	793	154	3,64	4,05	1,23	1,20	1,41
Ensino particular.....	368 781	320 222	49 559	43 428	6 131	68,36	69,06	64,18	65,52	56,05
TOTAL.....	540 902	463 687	77 215	66 277	10 938	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Patenteiam os números apresentados o predomínio do ensino particular, predomínio maior em relação aos cursos do que no concernente ao disciplado, o que se explica, possivelmente, pela contingência de terem os poderes públicos de propiciar uma educação de menor custo para os discentes, apesar de serem as suas despesas mais elevadas do que as que realizam as instituições de ensino particular, mantidas com o fim de lucro, o que não acontece com o Governo.

Seria interessante completar a demonstração sumária acima exibida com outra em que figurassem as áreas municipais e os efetivos populacionais das células que constituem a rede dos Municípios brasileiros.

O confronto revelaria os casos em que o fator demográfico justifica a inexistência de ensino secundário geral, exigente de disciplado numeroso e de oneroso custeio, ao mesmo tempo que poria em relevo as falhas ocorrentes nas zonas do território nacional onde aquele fator não pode ser alegado para explicar omissões possivelmente condenáveis. A execução desse propósito exigiria buscas e cálculos que, dadas as condições que ora prevalecem na gênese das células municipais, importariam em dificuldades e delongas que se não ajustam aos fins gerais do presente comentário.

A distribuição do ensino secundário geral entre as circunscrições que formam a rede municipal do país, referida às regiões fisiográficas, se apresenta com o aspecto seguinte.

Dos 2 510 cursos de ensino secundário geral registrados na estatística referente ao início do ano fluente, uma parcela de 1 015 unidades escolares correspondia aos municípios metropolitanos, inclusive a Capital da República, onde se situavam 296 cursos consagrados àquela espécie de ensino. Confrontando-se os 296 cursos referidos com o total dos existentes em todo o país chega-se à modesta relação de 11,79%.

Se confrontarmos, por outro lado, excluindo do cotejo o Distrito Federal, os 719 cursos que funcionam nas capitais das restantes Unidades da Federação com os 2 214 cursos que secundário geral nelas existentes se concentra em seus Municípios metropolitanos. Em 4 Territórios Federais só nas Capitais existe ensino secundário. As duas grandes unidades e políticas da região setentrional — Pará e Amazonas — a primeira com 59 Municípios e a segunda com 25, registram em suas capitais, 87,10% e 75,00%, respectivamente, do total

de cursos com que contam as suas populações rarefeitas e espalhadas em enormes espaços territoriais desprovidos de cidades importantes.

Na região Centro-Oeste a menor concentração do ensino secundário nas capitais deve-se à prosperidade de certas regiões do Interior onde condições demográficas e econômicas favoráveis facultam um clima propício ao desenvolvimento do ensino nas suas modalidades mais onerosas.

O exame das demais taxas de concentração do ensino secundário geral nas capitais das Unidades da Federação revela, nos casos em que é superada a relação de 50%, uma situação passível de corretivos e de críticas, estas atenuáveis em seu rigor pelo exame de certos fatores geográficos e econômicos responsáveis pela situação ocorrente.

As taxas de ocorrência dos cursos de ensino secundário geral nos Municípios da Federação constam do quadro seguinte.

QUADRO 2
ENSINO SECUNDÁRIO GERAL

Municípios, segundo a ocorrência de cursos, no início do ano de 1954

REGIÕES	Número de Unidades da Federação	NÚMERO DE MUNICÍPIOS		RELAÇÕES PERCENTUAIS (Total dos Municípios=100)	
		Em geral	Onde há ensino secundário geral	Em geral	Onde há ensino secundário geral
Norte.....	6	90	12	1,43	1,73
Nordeste.....	7	478	88	21,42	12,66
Leste.....	6	774	248	34,68	35,68
Sul.....	4	698	311	31,27	44,75
Centro-Oeste.....	2	183	36	8,20	5,18
BRASIL.....	25	2 232	695	100,00	100,00

Para um total de 2 232 Municípios existentes havia ensino secundário geral em 695 o que dá uma relação de 31,14%. Os municípios da Região Norte representavam 4,43% do total das circunscrições dessa espécie existentes no país mas considerando apenas os Municípios que possuíam ensino secundário (695), a relação percentual baixa a 1,73%. No Nordeste ocorre fato análogo e o mesmo sucede quanto à Região Centro-Oeste. Nas outras duas regiões onde está o centro de gravidade do progresso nacional, tanto demográfico como econômico, dá-se o inverso. A Região Leste abrange 34,68% do total de Municípios brasileiros, mas se considerarmos tão somente as circunscrições onde há ensino secundário geral, tomando-se o respectivo total para denominador, a quota percentual sobe para 35,68. O mesmo acontece no tocante à região sul onde os dois coeficientes são de 31,27 e 44,75% respectivamente.

Não se pode comparar, em números percentuais, a frequência do ensino secundário geral tomando por objeto de confronto as Unidades da Federação apreciadas individualmente, por isso que devido à grande dispersão entre os valores absolutos, os resultados não teriam significação. No Território do Guaporé em 50% dos municípios existe ensino secundário geral e em Minas Gérias só 30% estão em condições análogas. A verdade, entretanto, é que na primeira das citadas Unidades da Federação só a Capital, um dos dois Municípios existentes, possui ensino daquela categoria, ao passo que na populosa unidade política da região oriental há ensino secundário geral em 341 das 485 circunscrições que formam a rede municipal do Estado.

A distribuição pelas Unidades da Federação dos 695 Municípios brasileiros onde, no começo do ano corrente, havia cursos de ensino secundário geral, aparece no quadro seguinte.

QUADRO 3

ENSINO SECUNDÁRIO GERAL

Distribuição, segundo as Unidades da Federação, dos Municípios onde havia ensino secundário geral, ao iniciar-se o ano de 1954

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS		UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	
	Em geral	Onde há ensino secundário		Em geral	Onde há ensino secundário
Guaporé.....	2	1	Sergipe.....	42	6
Acre.....	7	1	Bahia.....	150	40
Amazonas.....	25	4	Minas Gerais.....	485	144
Rio Branco.....	2	1	Espírito Santo.....	38	13
Pará.....	59	4	Rio de Janeiro.....	58	44
Amapá.....	4	1	Distrito Federal.....	1	1
Maranhão.....	86	6	São Paulo.....	435	183
Piauí.....	53	6	Paraná.....	119	44
Ceará.....	79	22	Santa Catarina.....	52	18
Rio Grande do Norte.....	66	6	Rio Grande do Sul.....	92	66
Paraíba.....	54	10	Mato Grosso.....	58	9
Pernambuco.....	99	26	Goiás.....	125	27
Alagoas.....	41	12	TOTAL	2 232	695

QUADRO 4

ENSINO SECUNDÁRIO GERAL

Relação entre os cursos existentes nas Unidades da Federação e os que se localizam nas respectivas capitais

UNIDADES DA FEDERAÇÃO		MUNICÍPIOS METROPOLITANOS		PERCENTAGENS DOS CURSOS EXISTENTES	
NOMES	Cursos existentes	NOMES	Cursos existentes	Nos municípios metropolitanos	Nos municípios do interior
Guaporé.....	3	Pôrto Velho.....	3	100,00	0,00
Acre.....	3	Rio Branco.....	3	100,00	0,00
Amazonas.....	16	Manaus.....	12	75,00	25,00
Rio Branco.....	1	Boa Vista.....	1	100,00	0,00
Pará.....	31	Belém.....	27	87,10	12,90
Amapá.....	3	Macapá.....	3	100,00	0,00
Maranhão.....	20	São Luís.....	13	65,00	35,00
Piauí.....	18	Teresina.....	10	55,56	44,44
Ceará.....	74	Fortaleza.....	39	52,70	47,30
Rio Grande do Norte.....	18	Natal.....	10	55,56	44,44
Paraíba.....	32	João Pessoa.....	13	40,62	59,38
Pernambuco.....	127	Recife.....	79	62,20	37,80
Alagoas.....	27	Maceió.....	14	51,85	48,15
Sergipe.....	19	Aracaju.....	13	68,42	31,58
Bahia.....	117	Salvador.....	55	47,41	52,59
Minas Gerais.....	381	Belo Horizonte.....	67	17,59	82,41
Espírito Santo.....	40	Vitória.....	13	32,50	67,50
Rio de Janeiro.....	158	Niterói.....	34	21,52	78,48
São Paulo.....	692	São Paulo.....	212	30,64	69,36
Paraná.....	101	Curitiba.....	30	29,70	70,30
Santa Catarina.....	38	Florianópolis.....	8	21,05	78,95
Rio Grande do Sul.....	215	Pôrto Alegre.....	45	20,93	79,07
Mato Grosso.....	25	Cuiabá.....	5	20,00	80,00
Goiás.....	55	Goiania.....	10	18,18	81,82
TOTAL.....	2 214		719	32,49	67,51

Generalizando os dados que aparecem no quadro anterior, poderemos agrupar os Estados na classificação seguinte referente às taxas de concentração do ensino secundário nas respectivas capitais.

Mais de 80%.....	Pará
Entre 70% e 79%.....	Amazonas
Entre 60% e 69%.....	Sergipe, Maranhão e Pernambuco
Entre 50% e 59%.....	Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas
Entre 40% e 49%.....	Bahia e Paraíba
Entre 30% e 39%.....	Espírito Santo e São Paulo
Entre 20% e 29%.....	Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e Mato Grosso
Entre 10% e 19%.....	Goiás e Minas Gerais

Os 2 510 cursos considerados incluem 1 785 de nível ginásial e 725 de nível colegial, concorrendo para a segunda parcela 537 cursos de ensino científico e 188 de ensino clássico. Nos Municípios das Capitais funcionavam, no início de 1954, 602 cursos ginásiais e 413 colegiais, compreendendo estes últimos 286 de ensino científico e 127 de ensino clássico.

Nos Territórios do Guaporé e Rio Branco não existem cursos de nível colegial e, nos Territórios do Acre e do Amapá, bem como nos Estados do Amazonas, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, o referido ensino é ministrado apenas nas capitais.

Vimos em esquema anterior, expressa em números absolutos, a distribuição do disciplado em princípios de 1954.

Apresentado em números percentuais, o referido esquema oferece as relações seguintes:

DISTRIBUIÇÃO DO CORPO DISCENTE

	Ciclo ginásial.....	85,73				
Ensino secundário geral.....	Ciclo colegial.....	<table> <tr> <td>Científico</td> <td>12,25%</td> </tr> <tr> <td>Clássico</td> <td>2,02%</td> </tr> </table>	Científico	12,25%	Clássico	2,02%
	Científico		12,25%			
Clássico	2,02%					
	Em geral.....	100,00				

Do total de cursos de ensino secundário geral existentes em começos de 1954, a parte dos que ministravam o curso ginásial representava 71,12%, dividindo-se os restantes 28,88% entre as unidades escolares que difundiam o ensino científico (21,39%) e as que facultavam o ensino clássico (7,49%). A relação da matrícula no ensino do ciclo colegial para o total dos dois ciclos (28,88%) representa mais do dobro da relação correspondente no que respeita aos cursos que ministram aquêle ensino.

A relação dos cursos ginásiais para o total dos dois ciclos (71,12%) é também muito inferior à taxa correspondente, no que se refere ao disciplado (85,73).

O quadro que se segue, homólogo ao quadro n.º 4, apresenta o panorama da matrícula geral no começo do ano, mostrando a situação que, no conjunto do disciplado do ensino secundário geral de cada Unidade da Federação, ocupam as respectivas capitais.

QUADRO 5

ENSINO SECUNDÁRIO GERAL

Relação entre o discipulado existente nas Unidades da Federação e o que se localiza nas respectivas capitais

UNIDADES DA FEDERAÇÃO		MUNICÍPIOS METROPOLITANOS		PERCENTAGEM DO DISCIPULADO EXISTENTE	
NOMES	Alunos matriculados	NOMES	Alunos matriculados	Nos municípios metropolitanos	Nos demais municípios
Guaporé.....	279	Pôrto Velho.....	279	100,00	000,00
Acre.....	430	Rio Branco.....	430	100,00	000,00
Amazonas.....	3 456	Manaus.....	3 316	95,55	4,05
Rio Branco.....	143	Boa Vista.....	143	100,00	000,00
Pará.....	7 019	Belém.....	6 584	93,80	6,20
Amapá.....	353	Macapá.....	353	100,00	000,00
Maranhão.....	5 136	São Luis.....	4 088	79,60	20,40
Piauí.....	4 551	Teresina.....	3 473	76,31	23,69
Ceará.....	14 565	Fortaleza.....	11 273	77,40	22,60
Rio Grande do Norte.....	3 786	Natal.....	2 928	77,34	22,66
Paraíba.....	6 942	João Pessoa.....	3 880	55,89	44,11
Pernambuco.....	25 388	Recife.....	18 440	72,63	27,37
Alagoas.....	5 024	Maceió.....	3 701	73,67	26,33
Sergipe.....	3 831	Aracaju.....	3 285	85,75	14,25
Bahia.....	26 248	Salvador.....	17 083	65,77	34,23
Minas Gerais.....	65 497	Belo Horizonte.....	16 355	24,99	75,01
Espírito Santo.....	8 550	Vitória.....	4 145	48,48	51,52
Rio de Janeiro.....	28 808	Niterói.....	8 336	28,94	71,06
São Paulo.....	166 186	São Paulo.....	60 872	37,71	62,29
Paraná.....	25 280	Curitiba.....	10 821	42,82	57,18
Santa Catarina.....	7 399	Florianópolis.....	2 369	32,02	67,98
Rio Grande do Sul.....	44 923	Pôrto Alegre.....	16 335	36,36	63,64
Mato Grosso.....	5 570	Cuiabá.....	1 695	30,43	69,57
Goiás.....	7 540	Goiânia.....	2 528	33,53	66,47
TOTAL.....	466 904	TOTAL.....	202 715	43,42	56,58

O discipulado das escolas de ensino secundário geral, inscrito na Capital da República, representa 13,68% do total de discentes matriculados em todos os educandários consagrados à referida modalidade de ensino.

O confronto entre os quadros homólogos referentes à concentração nas capitais, de cursos e do discipulado, patenteia o fato de serem sempre as taxas referentes a matrículas superiores às que dizem respeito às unidades escolares, o que ainda vem confirmar a estreita ligação ocorrente entre o problema populacional e o escolar, o segundo dos quais é uma decorrência do primeiro, de que depende a sua solução e a distribuição dos recursos destinados à realização de sua finalidade.

Pelo que nos parece demonstrar a estatística, se os recursos escolares facultados nas capitais são maiores que os oferecidos no Interior das Unidades da Federação resulta a desproporção da necessidade de aumentar a oferta onde a procura é maior e pode ser atendida em melhores condições de bom êxito.

Seria assim, um fenômeno natural a concentração do ensino secundário nas capitais dos Estados e Territórios, tanto nos casos em que toda a vida da unidade política latifundiária se concentra em sua metrópole, como sucede nas imensas reservas da Amazônia, como naqueles em que se deparam Estados racionalmente dimensionados e dotados de sedes políticas em condições de propiciar aos municípios de sua hinterlândia os benefícios assegurados pela proximidade e pelas facilidades de comunicações.

ENSINO COMERCIAL

Considerando, de maneira geral, o ensino público e particular durante a monarquia, tem-se a impressão de que, no decurso do período de mais de meio século, em que prevaleceu aquêlle regime, não foi o ensino profissional objeto de qualquer programa ou ação que lhe assegurasse um desenvolvimento sistemático e conformado às exigências do país, considerado êste nos diferentes setores onde o aperfeiçoamento técnico parecia reclamável, especialmente no campo das relações comerciais.

Em relação à modalidade que visa à formação de dirigentes e auxiliares de comércio não nos consta que tenha havido legislação especial destinada a estimular a criação e a expansão, bem orientada, de escolas consagradas especialmente a habilitar aprendizes ao exercício das profissões ligadas à distribuição da riqueza. O mesmo sucedia com o ensino industrial, ensino cuja deficiência se fazia sentir principalmente no tocante a educandários de grau elementar de onde podiam sair artífices habilitados ao trabalho por conta própria nas cidades e vilas nas quais não havia ainda surgido a grande indústria.

A proclamação da República, em 1889, não se refletiu, de imediato, na expansão do ensino profissional técnico, apesar de se ter organizado um Ministério de Instrução Pública de efêmera duração e de se mostrarem os primeiros governos republicanos, preocupados com a educação, mas sempre com as vistas voltadas, preferentemente, para o ensino geral (secundário e superior).

Em 1907, isto é, 18 anos após a proclamação da República, o ensino comercial figurava no panorama das atividades didáticas do ensino profissional, abrangente de 151 escolas, com um total de 13 educandários, o que dá uma relação de 9%. A "Estatística Escolar", referente àquele ano, publicada pela Diretoria-Geral de Estatística, na administração do insigne Dr. Bulhões de Carvalho, foi planejada e dirigida nos seus serviços de coleta e apuração, pelo abnegado e competente estatístico Oziel Bordeaux e constituiu um verdadeiro monumento na história da estatística brasileira, tanto pela documentação numérica, constante de sua parte tabular, quanto em razão da minuciosa monografia de mais de 200 páginas que lhe serve de introdução.

A matrícula nos cursos de ensino profissional elevava-se, em 1907 a 19.294 educandos dos quais apenas 5% eram inscritos em escolas de comércio. A única escola oficial de comércio era estadual e funcionava na capital do Estado do Paraná. Os demais estabelecimentos, todos mantidos pela iniciativa privada, eram os seguintes: Escola Comercial, em Salvador, Estado da Bahia, com 199 alunos; Escola Prática de Comércio, em Fortaleza, no Estado do Ceará, com 75 alunos; a Academia de Comércio de Juiz de Fora, em Minas Gerais, com 20 alunos; a Escola Prática de Comércio de Belém, Estado do Pará, com 108 alunos e Instituto Comercial Dr. João Cândido, em Ponta Grossa, Estado do Paraná, com 60 alunos. No Rio Grande do Sul funcionavam a Academia de Comércio de Pelotas, e a Escola Mauá de Porto Alegre, a primeira com dezesseis e a segunda com 60 alunos. No Estado de São Paulo, funcionavam a Academia de Comércio de Santos (28 alunos) e, na Capital daquela unidade da Federação, o Curso Comercial de Liceu do Sagrado Coração de Jesus, com 58 alunos, e a tradicional Escola de Comércio Alvarês Penteado. A documentação fotográfica que ilustra a publicação da antiga Diretoria-Geral de Estatística apresenta-nos interessantes vistas dos majestosos edifícios em que estavam instalados a Academia de Comércio de Juiz de Fora e a Escola de Comércio Alvarês Penteado que contava, em 1907 um discipulado de 206 educandos. Na Capital da República, a Academia de Comércio registrava uma

matricula de 111 alunos e o Instituto Comercial tinha 65 discentes inscritos em seus cursos. Eram estes dois educandários os únicos de que dispunha o Distrito Federal com a finalidade de habilitar a juventude para o exercício das profissões relacionadas com as atividades mercantis. A estatística de 1907, que pelo escrupulo com que foi levantada e pela competência de seu insigne organizador, merece absoluta confiança, não assinala a existência de escolas de comércio nos Estados de Alagoas, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Sergipe, ou seja, em mais da metade das unidades da Federação, que constituíam naquela época, o quadro da divisão política do Brasil.

A partir da gestão de Nilo Peçanha que assumiu a Presidência da República em 1909, por morte de Afonso Pena, e governou o país até 14 de novembro de 1910, o ensino profissional foi objeto de medidas que muito influíram no desenvolvimento do nosso ensino especializado, graças à constante atenção que lhe dispensou o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criado ainda na administração do Presidente Pena e instalado a 12 de agosto de 1909.

Data mais ou menos dessa época a criação das Escolas de Aprendizes Artífices. Formaram elas um sistema de que se beneficiaram todos os Estados e que conseguiu, desde então, atender, sem discriminações regionais, às exigências mais prementes do ensino profissional técnico. Cumpre, também mencionar, entre as iniciativas que assinalaram as primeiras realizações do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio o decreto n.º 8319 de 29 de outubro de 1910 que criou o ensino agrônômico e serviu de ponto de partida para a difusão de escolas e cursos teóricos e práticos para todos os níveis de preparação especializada, tendo como cúpula a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, estabelecimentos modelar, instalado na Capital da República.

No que respeita ao ensino comercial, a ação do Ministério da Agricultura se fez sentir no terreno administrativo de maneira mais discreta, visando antes o estímulo e a fiscalização de iniciativa particular do que a participação direta do Governo Federal na intensificação da rede escolar. Em todos os ramos de ensino os programas adotados, e muitas vezes alterados para que melhor se atendessem as advertências dos técnicos, se não atingiram plenamente os seus objetivos anteriormente à revolução de 1930, produziram resultados apreciáveis e tornados mais sensíveis depois das amplas reformas que, a partir de 1931, após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, tiveram em vista melhorar o ensino no Brasil.

O Departamento Nacional de Estatística, órgão resultante da fusão da antiga Diretoria-Geral de Estatística com a Diretoria de Estatística Comercial divulgou em 1931 uma publicação intitulada "Estatística Intelectual do Brasil", referente ao ano de 1929.

Registrando o movimento do ensino especializado, a publicação referida menciona a existência, naquela data, de 185 escolas de ensino comercial de nível superior com a matrícula de 23.125 alunos e de 281 escolas comerciais de nível elementar e médio nas quais estariam inscritos 23.477 educandos.

Com a organização do Ministério da Educação e Saúde, o ensino comercial teve lugar de destaque entre as grandes reformas educacionais que assinalaram o ano de 1931, sendo objeto do Decreto 20.158 que, além de organizar aquele ensino, regulamentou a profissão de contador. O decreto n.º 24.439 de 21 de junho de 1934, criou as Superintendências do Ensino Superior, do Ensino Secundário e do Ensino Comercial, ensino que se integrou então, definitivamente, para os fins de regulamentação e fiscalização, na órbita das atividades submetidas à vigilância e aos estímulos do Governo Federal.

Em 1934, acusavam as apurações estatísticas do Ministério da Educação e Saúde um total de 412 cursos de ensino comercial de grau médio, servidos por um corpo docente de 3.241 professores e atendendo a um discipulado de 21.435 alunos.

A situação do ensino médio comercial no Brasil, no início do ano de 1954, ressalta dos algarismos constantes do quadro seguinte, que, em linhas gerais, a define quanto à distribuição dos cursos e das inscrições do discipulado.

ENSINO COMERCIAL BÁSICO E TÉCNICO

Unidades escolares e matrícula no início do ano de 1954
segundo as Regiões Fisiográficas

REGIÕES FISIOGRÁFICAS	ASPECTOS DO MOVIMENTO ESCOLAR					
	Unidades escolares			Alunos matriculados		
	Curso básico	Curso técnico	Em geral	No curso básico	No curso técnico	Em geral
Norte.....	12	17	29	2 948	1 571	4 519
Nordeste.....	39	52	91	4 277	5 278	9 555
Leste.....	145	212	357	20 224	18 704	38 928
Sul.....	146	241	387	25 840	23 168	49 008
Centro-Oeste.....	4	15	19	166	1 233	1 699
TOTAL.....	346	537	883	53 755	49 954	103 709

O ensino básico apresentava, como se vê, um número de cursos menor que o técnico, mas o discipulado era maior nas escolas do primeiro ciclo do que nas do segundo.

Em 346 cursos de ensino comercial básico 335 eram mantidos pela iniciativa particular e 11 eram oficiais, sendo que destes, 7 eram municipais, 2 estaduais e 2 federais.

No tocante ao ensino comercial técnico o número de unidades particulares elevava-se a 514 e dos 23 cursos restantes, 13 eram municipais, 7 estaduais e 3 federais.

Comparando-se os resultados da estatística de 1954 com os repertórios numéricos mais antigos, sem levar em conta a estatística de 1929 que parece se ressentir de defeitos resultantes da falta de atualização dos cadastros e do aproveitamento de dados atrasados para suprir falhas nas informações referentes àquele ano, tem-se a impressão de um firme crescimento do ensino comercial o que se explica pelo declínio das preferências do discipulado pelas carreiras liberais e pelos efeitos da própria legislação, empenhada em melhorar e dignificar, pela elevação do nível cultural, a classe dos profissionais responsáveis pela expansão racional das atividades ligadas à distribuição e à circulação da riqueza. As grandes reformas que se seguiram à revolução de 1930, incidiram sobre quase todos os setores da educação, refletindo a clarividência e o espírito progressista do primeiro titular do Ministério da Educação e Saúde. O ensino comercial não só amparado e orientado pelo Governo, como também fiscalizado eficientemente pelo poder público, deparou amplos horizontes para seu desenvolvimento, sem encontrar para lhe embaraçar o surto, a concorrência do Estado, mas, da parteste, apenas recebendo incentivos através de medidas de amparo e moralização.

O fator econômico, que não se pode relegar a um plano subalterno, atuou ainda como força estimulante da iniciativa privada, cujos esforços, para manter educandários cada vez mais eficientes, puderam ser empreendidos em condições remuneradoras e propícias ao ensino, pela margem de rendimento assegurada para eventuais despesas destinadas a atender ao aperfeiçoamento, cada vez maior, das instituições didáticas, seja quanto ao padrão do professorado, seja em relação às instalações.

Para que se possa avaliar o efeito da atuação prudente e eficiente do Ministério da Educação e Saúde Pública no progresso do ensino comercial, basta assinalar, de passagem, a situação daquele ensino no panorama da educação nacional, nos dois anos extremos do período 1934-1954.

Recorrendo à publicação "Principais Aspectos do Ensino no Brasil", editada pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde, em 1953, verifica-se que, em 1934, havia no país 412 cursos de ensino comercial médio, com a matrícula geral de 21.435 alunos. Decorrido um decênio, a partir daquela data, o número de cursos se elevava a 976 e o discipulado ao efetivo de 81.338 alunos. Comparando esses totais com o de todo o ensino médio naqueles dois anos, resultarão do confronto as relações seguintes:

ENSINO MÉDIO EM 1934-1944

ANOS	UNIDADES ESCOLARES			MATRÍCULA GERAL		
	Cursos			Alunos matriculados		
	Em geral	De ensino comercial	Relação %	Em geral	No ensino comercial	Relação %
1934.....	1 703	412	24,19	160 345	21 435	13,37
1944.....	3 788	976	25,77	415 713	81 338	19,57

A educação intermediária entre a elementar e a de nível superior teve, no decênio considerado, um auspicioso desenvolvimento e ainda assim, como parte integrante desse conjunto, melhorou a situação relativa do ensino comercial conforme demonstram as taxas apresentadas no quadro comparativo.

O aumento geral dos cursos de ensino médio confrontados aqueles dois anos, se representa pela diferença de 2.085 unidades escolares, atingindo assim a 122% do efetivo apurado para o ano inicial do decênio. O incremento da matrícula se expressa num acréscimo de 255.368 alunos ao total apurado para 1934, correspondendo, portanto, a 259% daquele total. O ensino comercial médio teve na década referida um aumento absoluto de 564 cursos e de 59.903 alunos o que equivale, respectivamente, a 137% e 279% dos totais apurados para aquele ano.

A distribuição dos cursos e do discipulado pelas unidades da Federação apresenta uma grande dispersão. Totalizados os resultados dos ciclos básico e técnico o número de cursos varia de 1 (Cidade de Rio Branco, Território do Acre) a 276 (Estado de São Paulo). No que concerne à matrícula, o território do Acre apresenta o menor discipulado (98 discentes) e ainda São Paulo se apresenta com o maior contingente de alunos, distanciando-se de todas as demais unidades da Federação com a parcela de 38.776 educandos com que concorre ao total nacional de 103.709 discentes. Na parte tabular da estatística a que se refere este breve comentário encontram-se pormenores que seria ocioso reproduzir.

Do total nacional referente ao número de cursos participam as unidades que formam o quadro de nossa divisão política com os contingentes seguintes:

ENSINO COMERCIAL BÁSICO E TÉCNICO

Cursos segundo as unidades escolares no início de 1954

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Número de cursos	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Número de cursos
São Paulo.....	276	Paraná.....	13
Minas Gerais.....	178	Goiás.....	13
Distrito Federal.....	72	Amazonas.....	9
Rio Grande do Sul.....	64	Piauí.....	9
Rio de Janeiro.....	62	Sergipe.....	7
Paraná.....	32	Mato Grosso.....	6
Pernambuco.....	25	Maranhão.....	5
Bahia.....	24	Alagoas.....	5
Rio Grande do Norte.....	21	Amapá.....	2
Pará.....	17	Acre.....	1
Santa Catarina.....	15	Rio Branco.....	0
Espírito Santo.....	14	Guaporé.....	0
Ceará.....	13		
		TOTAL.....	883

O discipulado dessas unidades escolares, até março de 1954, compreendia um total de 103.709 discentes cuja distribuição, segundo as regiões fisiográficas do país, já foi apresentada no início do presente comentário. Reduzindo a percentagens os números absolutos constantes do quadro aludido, deparam-se as relações seguintes que se afiguram bastante expressivas.

Em cada 100 alunos inscritos no início de 1954 correspondiam às cinco aludidas regiões, respectivamente, os contingentes abaixo discriminados:

Região Norte.....	4,35
Região Nordeste.....	9,21
Região Leste.....	37,54
Região Sul.....	47,26
Região Centro-Oeste.....	1,64
BRASIL.....	100,00

Mostra-nos o resumo que a pequena região Sul, constituída de 4 Estados e representando apenas 9,69% da superfície do Brasil, absorve 47,26% do discipulado total dos cursos comerciais incluídos no presente repertório estatístico. A taxa assinalada supera a que resulta da soma dos percentuais das duas regiões do Nordeste e do Leste, na segunda das quais se incluíam a própria Capital da República com um discipulado de 11.399 alunos inscritos e o Estado de Minas Gerais com 16.641 educandos. Só o Estado de São Paulo entra na estatística nacional com a parcela de 38.776 alunos que correspondem a 37,39% do total de 108.709 matriculados nas escolas de todo o país.

A distribuição do discipulado pelas unidades da Federação é objeto do quadro seguinte:

ENSINO COMERCIAL BÁSICO E TÉCNICO

Matrícula Geral no início do ano de 1954 segundo as Unidades da Federação

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ALUNOS MATRICULADOS	
	Números absolutos	Números percentuais
São Paulo.....	38.776	37,39
Minas Gerais.....	16.641	16,05
Distrito Federal.....	11.399	10,99
Rio Grande do Sul.....	5.555	5,36
Rio de Janeiro.....	5.127	4,94
Pará.....	3.268	3,15
Paraná.....	3.114	3,00
Pernambuco.....	2.806	2,70
Espírito Santo.....	2.568	2,48
Bahia.....	2.433	2,35
Paraná.....	1.678	1,62
Santa Catarina.....	1.563	1,51
Ceará.....	1.429	1,38
Goiás.....	1.222	1,18
Rio Grande do Norte.....	1.173	1,13
Amazonas.....	1.045	1,01
Maranhão.....	883	0,85
Piauí.....	852	0,82
Sergipe.....	760	0,73
Alagoas.....	734	0,71
Mato Grosso.....	477	0,46
Amapá.....	108	0,10
Acre.....	98	0,09
Rio Branco.....	0	—
Guaporé.....	0	—
TOTAL.....	103.709	100,00

O ensino comercial, pela sua própria natureza, explica e justifica muitos aspectos aparentemente negativos que apresenta a rede dos estabelecimentos consagrados à sua difusão. Pelos números precedentes, verifica-se a concordância da expansão do ensino especializado comercial com as atividades econômicas das regiões que é beneficia, surgindo como causa do progresso, mas também como efeito. Onde as transações comerciais são intensas e de grande vulto, os seminários de técnicos aparecem e prosperam, por ser grande a procura, no mercado do trabalho, de auxiliares e dirigentes capacitados, pela formação especializada, a levar às empresas em que ingressam uma colaboração de seguro rendimento.

A evolução dos métodos modernizados a que obedecem, em nossos dias, as operações mercantis e a própria concorrência entre as empresas que as realizam, exigem pessoal selecionado, facultando aos aspirantes, mais competentes, à carreira do comércio, possibilidades de colocação e de futuro que não se oferecem, com igual facilidade, aos candidatos desprovidos de conhecimentos e experiências que só se podem adquirir nos cursos regulares de formação especializada. Resulta desse fator o aumento do discipulado virtual das escolas de comércio as quais encontram, assim, o clima necessário para sua manutenção e desenvolvimento.

Nos lugares de população esparsa e de economia pobre, prevalecem os métodos empíricos e a seleção de profissionais deixa de ocorrer como incentivo às iniciativas destinadas a atender às modalidades de educação que não objetivam uma finalidade geral. Não se pode exigir um crescimento uniforme da rede de ensino comercial nem considerar como falha a ausência desse ensino em regiões onde o próprio comércio é rudimentar e os meios de comunicação se revelam precários ou deficientes.

Basta, a nosso ver, para dissipar pessimismos que os números não confirmam, consignar o que estes comprovam:

- 1.º O concurso decisivo de iniciativa particular na instalação e multiplicação das escolas de ensino comercial, o que significa a sua avocação pelas forças naturalmente indicadas para o incrementar, conforme as necessidades da população;
- 2.º O paralelismo entre o crescimento do ensino comercial e o desenvolvimento do comércio nas regiões do país economicamente mais evoluídas;
- 3.º O inegável e rápido crescimento desse ensino nas duas últimas décadas do regime republicano.

ENSINO NORMAL

Entre as categorias de ensino do grau médio, a que objetiva a formação de professores apresenta características que lhe asseguram um lugar de relevo no quadro das atividades didáticas processadas no país. Ao passo que os demais ramos de preparação escolar habitam o discipulado com a cultura necessária à defesa de seu interesse individual nas competições da vida prática e utilitária, o ensino normal forma os profissionais de cuja atuação esclarecida dependerá o ajustamento da mentalidade do povo aos desígnios do Estado, empenhado em construir a vida da comunidade em alicerces de compreensão e com o apoio imprescindível das massas populares bem esclarecidas para que possam cumprir conscientemente a sua missão, no equilíbrio e no progresso das democracias.

Sobre esse importante ramo de ensino, a estatística referente a 1954, e concernente aos cursos e ao discipulado inscrito no começo do ano, apresenta, felizmente, resultados que, se não justificam excessos de otimismo, revelam, pelo menos em algumas unidades da Federação, um esforço apreciável no sentido de desenvolver o ensino magisterial. A realização desse propósito exige a superação das dificuldades inerentes ao próprio clima social e político, cuja diferenciação, na imensa área territorial do país, resulta de fatores físicos, demográficos e econômicos que variam segundo as regiões e, mesmo dentro de cada unidade da federação, embarçam e complicam a solução do problema do ensino. De um modo geral pode-se resumir a situação da educação normal no Brasil, considerando a sua distribuição geográfica, nos números que se seguem e que se referem à existência ou ausência do referido ensino segundo os elementos que o S.E.E.C., com auxílio do I.B.G.E., conseguiu reunir e sintetizar em expressiva fórmula.

ENSINO NORMAL

Distribuição Regional e Municipal no início do ano de 1954

REGIÕES FISIOGRÁFICAS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS			PERCENTAGEM DOS MUNICÍPIOS	
	Em geral	Representados na estatística do ensino normal	Sem repre- sentação na estatística do ensino normal	Representados na estatística	Sem repre- sentação na estatística
Norte.....	99	13	86	13,13	86,87
Nordeste.....	478	74	404	15,48	84,52
Leste.....	774	170	604	21,96	78,04
Sul.....	698	212	486	31,67	68,33
Centro-Oeste.....	183	35	148	19,13	80,87
TOTAL.....	2 232	534	1 698	23,92	76,08

Em 100 municípios brasileiros, 76,08% figuram na estatística de 1954 como não tendo ensino normal. As taxas regionais oscilam entre o mínimo de 65,33% correspondente à região Sul que é, também, a menor de todas, e o máximo de 86,87% apurado para a região Norte que é, por sua vez, a de maior superfície. A região Centro-Oeste e a região Norte reúnem um total de 282 Municípios; a do Nordeste conta 478 e as duas regiões Leste e Sul

perfazem um total de 1 472 células municipais. O parcelamento municipal reflete, com muita aproximação, o crescimento demográfico, fato de que se pode ter uma convincente impressão visual, comparando os cartogramas da população com os que fixam, no mapa do país, a sua divisão administrativa.

O quadro seguinte apresenta, por unidades da Federação o número de cursos de ensino normal apurados na estatística de 1954 e o número de Municípios onde aqueles cursos funcionam.

ENSINO NORMAL

Distribuição das Unidades Escolares pelas Unidades da Federação no início do ano de 1954

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	UNIDADES ESCOLARES		NÚMERO DE MUNICÍPIOS		
	Número	Relação % do total	Em geral	Onde existem cursos importantes	Onde não existem cursos importantes
São Paulo.....	222	27,17	435	116	319
Minas Gerais.....	136	16,85	485	105	380
Santa Catarina.....	77	9,43	52	41	8
Rio Grande do Sul.....	60	7,34	92	43	49
Paraná.....	50	6,12	119	39	80
Pernambuco.....	38	4,65	99	25	74
Rio de Janeiro.....	36	4,41	58	27	31
Ceará.....	34	4,16	79	19	60
Goiás.....	33	4,04	125	30	95
Bahia.....	32	3,92	150	22	128
Espírito Santo.....	16	1,96	38	10	28
Rio Grande do Norte.....	13	1,59	66	13	53
Distrito Federal.....	11	1,35	1	1	0
Mato Grosso.....	9	1,10	58	5	53
Alagoas.....	8	0,97	41	4	37
Pará.....	7	0,86	59	4	55
Sergipe.....	7	0,85	42	5	37
Paraná.....	6	0,73	54	6	48
Amazonas.....	5	0,61	25	2	23
Maranhão.....	5	0,61	86	4	82
Piauí.....	4	0,49	53	3	50
Território do Acre.....	4	0,49	7	4	3
Território do Guaporé.....	2	0,25	2	1	1
Território do Rio Branco.....	1	0,12	2	1	1
Território do Amapá.....	1	0,12	4	1	3
TOTAL.....	817	100,00	2 232	534	1 698

Nas regiões latifundiárias da Amazônia e do Brasil Central predominam os Municípios enormes, mas praticamente despovoados e segregados, uns dos outros, pela precariedade dos meios de comunicação. Esta é uma razão plausível para justificar a inexistência de escolas para formar professores, pois nem mesmo o ensino primário encontra facilidades para se instalar e florescer, exercendo sobre um disciplado apreciável a sua ação benfazeja.

Nos Estados de densa rede municipal, o próprio progresso, facilitando as vias de comunicação e anulando o fator das distâncias, constitui outro motivo para que não apareça, em pequenos municípios, o ensino normal, do qual, entretanto, se beneficiam eles graças à proximidade de circunscrições vizinhas onde se ministra esse ensino. A verdade é que, em mais da quinta parte dos Municípios brasileiros, já existem cursos para a formação de professores e que para a taxa, ainda elevada, de 76,08% de circunscrições desprovidas de ensino magisterial, concorrem muitos fatores físicos e demográficos ainda irrenováveis, mas que terão certamente diminuídos, com o curso de tempo, os efeitos de sua influência negativa.

Um aspecto interessante a considerar na distribuição do ensino normal é o que diz respeito à dependência administrativa dos cursos, ou seja, às entidades que os mantêm, prestando à Nação um serviço de inestimável alcance, no combate ao analfabetismo.

Essa dependência é objeto do quadro que damos a seguir e que discrimina, pelas unidades da Federação, os 817 cursos de ensino normal apurados pela estatística referente ao ano de 1954.

ENSINO NORMAL

Cursos incluídos na estatística de 1954 segundo a dependência administrativa

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	UNIDADES ESCOLARES				
	Em geral	Segundo a dependência administrativa			
		Federais	Estaduais	Municipais	Particulares
Guaporé	2	1	—	—	1
Acre	4	1	—	—	3
Amazonas	5	—	1	—	4
Rio Branco	1	1	—	—	—
Pará	7	—	1	—	6
Amapá	1	1	—	—	—
Maranhão	5	—	1	—	4
Piauí	4	—	1	1	2
Ceará	34	—	1	—	33
Rio Grande do Norte	13	—	13	—	—
Paraná	6	—	1	—	5
Pernambuco	38	—	1	1	36
Alagoas	8	—	3	—	5
Sergipe	7	—	2	—	5
Bahia	32	—	6	—	26
Minas Gerais	136	—	27	2	107
Espírito Santo	16	—	4	—	12
Rio de Janeiro	36	—	3	—	33
Distrito Federal	11	—	—	2	9
São Paulo	222	1	91	16	114
Paraná	50	—	40	—	10
Santa Catarina	77	—	51	4	22
Rio Grande do Sul	60	—	22	1	37
Mato Grosso	9	—	6	—	3
Goiás	33	—	3	17	13
TOTAL	817	5	278	44	490

Dependem da iniciativa particular cerca de 60% dos cursos informantes e dos restantes 40% a maior quota é a do ensino estadual (34%). Em 16 unidades da Federação os cursos de ensino magisterial, mantidos pelo poder público, são em número inferior ao dos que representam a iniciativa privada; em duas unidades há igualdade no número de cursos oficiais e particulares e em sete outras os cursos oficiais superam em número as que não dependem do poder público.

Nos Territórios do Rio Branco e do Amapá só se registram cursos federais; no Estado do Rio Grande do Norte são estaduais todos os que figuram na estatística.

A maior diferença entre cursos oficiais e particulares, em favor dos primeiros, ocorre no Estado de Santa Catarina, expressando-se em 33 unidades.

A matrícula nas escolas normais, em princípios do ano de 1954, abrangia, em todo o Brasil, um total de 60 820 alunos dos quais 30 591 constituam o discipulado dos cursos particulares e 30 229 se preparavam em escolas mantidas pelo Governo. Nas escolas federais só se registravam 273 alunos e nas escolas municipais 4 394. A maior parcela do corpo discente das escolas de ensino público para preparação de professores era a que correspondia às unidades escolares dependentes dos Governos dos Estados e atingia a um total de 25 562 inscrições.

O quadro seguinte registra a distribuição da matrícula nas 25 unidades da Federação e nos seus Municípios metropolitanos.

ENSINO NORMAL

Alunos matriculados até março de 1954 segundo as Unidades da Federação e as respectivas capitais

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CAPITAIS	ALUNOS MATRICULADOS			
		Nas Unidades da Federação	Nos Municípios das Capitais	Relação (%)	
				Nos Municípios das Capitais	Nos Municípios do Interior
Guaporé.....	Pôrto Velho.....	43	43	100,00	—
Acre.....	Rio Branco.....	212	42	19,81	80,19
Amazonas.....	Manaus.....	306	252	82,35	17,65
Rio Branco.....	Boa Vista.....	44	44	100,00	—
Pará.....	Belém.....	382	311	81,41	18,59
Amapá.....	Macapá.....	61	61	100,00	—
Maranhão.....	São Luís.....	335	196	58,50	41,50
Piauí.....	Terozina.....	368	203	55,16	44,84
Ceará.....	Fortaleza.....	1 792	1 151	64,23	35,77
Rio Grande do Norte.....	Natal.....	516	79	15,31	84,69
Paraíba.....	João Pessoa.....	167	61	36,53	63,47
Pernambuco.....	Recife.....	2 894	950	32,83	67,17
Alagoas.....	Maceió.....	672	342	50,89	49,11
Sergipe.....	Aracaju.....	165	90	54,55	45,45
Bahia.....	Salvador.....	1 917	739	38,55	61,45
Minas Gerais.....	Belo Horizonte.....	5 638	608	10,78	89,22
Espírito Santo.....	Vitória.....	747	310	41,50	58,50
Rio de Janeiro.....	Niterói.....	1 930	259	13,42	86,58
Distrito Federal.....	Distrito Federal.....	2 495	2 495	100,00	—
São Paulo.....	São Paulo.....	25 256	3 910	15,48	84,52
Paraná.....	Curitiba.....	3 079	587	19,06	80,94
Santa Catarina.....	Florianópolis.....	4 907	562	11,45	88,55
Rio Grande do Sul.....	Pôrto Alegre.....	5 725	617	10,78	89,22
Mato Grosso.....	Cuiabá.....	298	136	45,64	54,36
Goiás.....	Goiânia.....	871	120	13,78	86,22
TOTAL.....		60 820	14 168	23,29	76,71

Dispondo-se os Estados, os Territórios e o Distrito Federal na ordem decrescente do disciplulado, os dez primeiros lugares da escala de valores são ocupados pelas unidades da Federação que acusam mais de mil inscrições nos seus cursos de ensino normal. Em 12 unidades da Federação a matrícula é superior a 100 alunos e inferior a 900. Em três dos quatro territórios federais fica muito aquém do total de cem educandos. A maior matrícula registrada corresponde ao Estado de São Paulo (25 256 alunos) e a menor (43 alunos) ao Território de Guaporé que tinha, em 1950, uma população absoluta de 36 935 habitantes, equivalente a 0,07% da população da República. A superfície desse Território (242 983 km²) era pouco inferior à de São Paulo (247 222 km²) mas, ao passo que este Estado apresentava uma taxa de densidade de cerca de 37 habitantes por quilômetro quadrado, a densidade do futuro Estado de Guaporé ainda se expressava, no ano do recenseamento, pela taxa de 0,15.

Do quadro em que figura a escala do disciplulado constam também o número de cursos de ensino normal e os quocientes da divisão por esse número da população escolarizada nos estabelecimentos que ministram o ensino normal. Para o conjunto da República a matrícula registrada em 817 cursos, e que atinge a 60 820 discentes, dá para cada curso um contingente teórico de 74 alunos.

O Estado de São Paulo, com seus 222 cursos de ensino magisterial, absorve 41,53% de todo o disciplulado inscrito nos seminários de professores incluídos na estatística. Essa relação afigura-se expressiva, tratando-se de uma unidade política que abrange apenas 2,90% da superfície do Brasil e 17,59% da população do país, apurada no recenseamento geral de 1950. A densidade demográfica de São Paulo no ano censitário era de 36,95 habitantes por quilômetro quadrado, inferior apenas à dos Estados do Rio de Janeiro (53,94) e de Alagoas (39,33), o primeiro, porém, tinha superfície de 42 588 quilômetros quadrados e o segundo

cobria apenas uma área de 27 793 quilômetros quadrados, o que significa que esses dois Estados podiam caber, com folga, reunidos, nada menos de três vezes na superfície de São Paulo, pois que esta compreende um total de 247 222 quilômetros quadrados.

O Distrito Federal reúne, em 11 cursos, um disciplulado de 2 495 educandos, o que dá, para cada curso, um quantitativo teórico de 227 alunos, quando a medida correspondente para o Estado de São Paulo é de 114 alunos. Esses sintomas de congestionamento revelam que a procura de ensino é maior do que a oferta nas duas mencionadas unidades da Federação em confronto com as demais que formam o quadro de nossa divisão política. Os 222 cursos de São Paulo indicam, entretanto, o magnífico esforço com que o progressista Estado sulino tenta atender ao problema de constituir, com a maior eficiência possível, as reservas do seu professorado.

Comparando-se, na matrícula geral no início de 1954, o total de discentes inscrito, nas unidades da Federação com o dos que formam o disciplulado de suas respectivas Capitais, verificam-se os resultados abaixo discriminados.

Unidades da Federação onde a concentração do disciplulado nas Capitais é menor que 20% e superior a 10%:

Rio Grande e Minas Gerais.....	10,78%
Santa Catarina.....	11,45%
Rio de Janeiro.....	13,42%
Goiás.....	13,78%
Rio Grande do Norte.....	15,31%
São Paulo.....	15,48%
Paraná.....	19,06%
Território do Acre.....	19,81%

Estados onde a concentração do disciplulado nas Capitais excede a 30% e não atinge a 40%:

Pernambuco.....	32,83%
Paraná.....	36,53%
Bahia.....	38,55%

Estados onde a concentração nas Capitais é superior a 40% e inferior a 50%:

Espírito Santo.....	41,50%
Mato Grosso.....	45,64%

Estados onde a concentração do disciplulado nas Capitais é superior a 50% e menor que 60%:

Alagoas.....	50,89%
Sergipe.....	54,55%
Piauí.....	55,16%
Maranhão.....	58,50%

Estado onde a concentração situa-se entre 60% e 70%:

Ceará.....	64,23%
------------	--------

Estados onde a concentração nas Capitais excede a 80% sem atingir a 90%:

Pará.....	81,41%
Amazonas.....	82,35%

A concentração nas Capitais é de 100% nos territórios de Guaporé, Rio Branco e Amapá. O Distrito Federal, com um disciplulado de 2 495 alunos inscritos nos cursos de ensino magistral representa 4,10% do total de alunos inscritos em todos os cursos médios dessa finalidade que prestarão informações para a estatística de 1954.

Interessante é observar que, do primeiro dos grupos acima constituídos, daquele em que se classificam 9 unidades da Federação, constam todos os Estados da região Sul.

No mesmo grupo se incluem dois Estados da região Leste — Minas Gerais e Rio de Janeiro; um do Nordeste, um da região Centro-Oeste e um Território da região Norte.

A liderança na escala de valores altos, absolutos, sugere, quantitativamente, uma impressão de progresso e as baixas taxas de concentração do disciplulado nas Capitais denunciam a ocor-

rência de critérios equitativos e de racionalidade, na distribuição dos recursos escolares. É sem dúvida auspicioso verificar que, na grande cidade de Belo Horizonte, só se localiza um contingente de 10,78% do discipulado de ensino normal existente no Estado de Minas Gerais, onde se ministra essa modalidade de ensino em 136 cursos, número superior à soma de todas as unidades escolares de ensino normal acusadas pela estatística em 15 das 25 unidades que formam o quadro da divisão política do país.

Em São Paulo, de uma rede total de 435 municípios 319 não apresentam cursos para formação de professores; em Minas Gerais a mesma ausência parece ocorrer em 380 dos 485 municípios que formam a rede municipal do Estado.

A significação aparente dessas falhas parece atenuar-se quando se leva em conta o constante aumento, em número, das Prefeituras e a diminuição progressiva das áreas sob a sua jurisdição.

Sem a preocupação de analisar, rigorosamente, os resultados da estatística do ensino magistral, objetivo que a natureza deste comentário não comporta, pretende-se apenas assinalar que o panorama educacional, no que concerne a essa modalidade didática, pelo menos no aspecto quantitativo, não justifica desânimos, embora também não possa ser apreciado com exageros de otimismo.

Nem todas as unidades da Federação concorrem à estatística com os índices que situam em condições auspiciosas, entre os mais avançados em matéria de recursos proporcionados à formação de profissionais do magistério, os Estados da região sulina, entre os quais cumpre destacar o de Santa Catarina que com uma área de pouco mais de 1% da superfície do Brasil entra na estatística do ensino normal com 77 unidades escolares, contingente que representa 9,43 do total de cursos daquela categoria didática e excede à soma dos cursos registrados nos quatro Territórios Federais, no Distrito Federal, nos dois grandes Estados da bacia amazônica, em quatro Estados do Nordeste e no maior dos dois Estados que constituem a região centro-ocidental do país. Pondo-se de parte o Território do Acre que conta apenas 4 unidades escolares e 7 municípios, é Santa Catarina a única unidade da Federação onde o número de municípios com ensino normal (44) supera o dos que não acusam a existência desses recursos (8).

Na escala crescente das taxas de concentração nos municípios metropolitanos dos jovens escolares destinados à carreira de professores, cabe-lhe o terceiro lugar, com a relação de 11,45, superior apenas à que, em condições iguais, é partilhada pelos Estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais.

Não cabe, nestas palavras de apresentação, entrar na análise comparativa da maior ou menor eficiência dos cursos de ensino normal existentes no Brasil, nem do maior ou menor porte, nem do custo das instituições que o ministram.

O problema do ensino não está na sua grandiosidade e o esforço empenhado para resolvê-lo deve ser medido levando-se em conta as possibilidades financeiras e econômicas das entidades que o mantêm e que poderão colimar os mesmos fins, servindo-se de meios diferentes, desde que isso não comporte o sacrifício dos objetivos visados.

A experiência de Santa Catarina deve ser destacada, quando mais não seja, como exemplo e para emulação dos demais Estados que, na constelação formada pelas unidades da Federação brasileira parecem não reunir todos os requisitos para brilharem como estrelas de primeira grandeza.

O problema do ensino normal não é apenas de natureza quantitativa, mas apresenta também grande importância no seu aspecto distributivo. A expansão da rede escolar é recomendável e entre as razões que a aconselham tem sido insistentemente assinalada, pelos nossos educacionistas, a vantagem da formação de professores vinculados à ambiência que lhes é familiar.

A interiorização do ensino normal apresenta-se como um recurso para prevenir a deficiência do rendimento das escolas metropolitanas. Estas, como é notório, preparam profissionais que não podem reter na profissão, à vista das seduções que exercem sobre seus egressos a vida fácil nos grandes centros urbanos e da falta de atrativos que oferece a existência nos meios rurais pobres e desprovidos de conforto.

A estatística do ensino normal parece indicar um certo declínio na centralização do ensino normal nos Estados mais adiantados da Federação e a esse respeito o exemplo do Estado de Santa Catarina é muito expressivo e animador, como demonstração experimental de realizações que não estão fora das possibilidades dos responsáveis pelo progresso educacional do Brasil.

I — ENSINO MÉDIO EM GERAL

1. DISTRIBUIÇÃO MUNICIPAL DOS ESTABELECIMENTOS — 1954 .

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MUNICÍPIOS EXISTENTES							ESTABELECIMENTOS EXISTENTES				
	Total	Que possuem estabelecimentos de ensino médio					Que não possuem estabelecimentos de ensino médio	Com ensino secundário	Com ensino comercial	Com ensino normal	Total	
		Secundário		Comercial								
		Sómente com o curso ginasial	Com Ambos os cursos (ginasial e colegial)	Sómente com o curso básico	Com ambos os cursos (básico e técnico)	Sómente com o curso técnico						Normal (básico e pedagógico)
Guaporé.....	2	1	—	—	—	—	1	1	3	—	2	5
Acre.....	7	—	1	—	—	1	4	3	2	1	4	7
Amazonas.....	25	3	1	1	1	—	2	20	13	7	7	27
Rio Branco.....	2	1	—	—	—	—	1	1	1	—	1	2
Pará.....	59	3	1	1	1	1	4	54	22	11	9	42
Ampá.....	4	—	1	—	1	—	1	3	2	1	1	4
Maranhão.....	86	4	2	—	1	—	4	79	13	3	5	21
Piauí.....	53	5	1	—	—	4	3	43	15	9	6	30
Ceará.....	79	19	3	1	4	1	19	54	62	9	35	106
Rio Grande do Norte.....	68	5	1	8	3	—	13	54	14	17	17	48
Paraná.....	54	8	2	2	2	—	6	43	23	9	15	47
Pernambuco.....	99	23	3	2	2	3	25	65	89	20	40	149
Alagoas.....	41	11	1	—	1	—	4	29	20	3	8	31
Sergipe.....	42	5	1	—	2	1	5	35	15	5	8	28
Bahia.....	150	38	5	4	3	4	22	109	91	18	29	138
Minas Gerais.....	485	108	36	12	47	22	105	321	300	122	147	569
Espirito Santo.....	38	6	7	—	2	4	10	25	29	11	16	56
Rio de Janeiro.....	58	27	17	1	10	17	27	14	108	47	38	193
Distrito Federal.....	1	—	1	—	1	—	1	—	172	45	11	228
São Paulo.....	435	105	78	9	59	27	116	281	484	171	225	890
Paraná.....	119	35	9	—	6	12	39	65	74	26	50	150
Santa Catarina.....	52	15	3	1	3	7	44	6	31	14	81	126
Rio Grande do Sul.....	92	52 (1)	14	—	13	18	43	25	170	57	63	290
Mato Grosso.....	58	6	3	—	1	3	5	49	19	6	9	34
Goiás.....	125	23	4	—	2	5	30	83	47	11	38	96
BRASIL.....	2 232	501	195	42	165	130	534	1 431	1 819	623 (2)	865	3 307

(1) Inclusive um estabelecimento admente com curso científico no município de Alegrete. — (2) A divergência ocorrente entre o número de estabelecimentos e o de unidades escolares do ensino normal, justifica-se pelo fato de nem todos aquelas haverem informado.

I — ENSINO MÉDIO EM GERAL

2. UNIDADES ESCOLARES, SEGUNDO OS RAMOS DO ENSINO E OS CICLOS DIDÁTICOS — 1954

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E CAPITAIS	UNIDADES ESCOLARES NO INÍCIO DO ANO LETIVO								
	Em geral	Ensino secundário				Ensino comercial			Ensino normal (básico e pedagógico)
		Ginásial	Colegial			Básico	Técnico	Total	
			Científico	Clássico	Total				
Guaporé.....	5	3	—	—	—	—	—	—	2
Pôrto Velho.....	3	3	—	—	—	—	—	—	2
Acre.....	8	2	1	—	1	—	1	1	4
Rio Branco.....	5	2	1	—	1	—	1	1	1
Amazonas.....	30	12	3	1	4	3	6	9	5
Manaus.....	23	8	3	1	4	2	6	8	3
Rio Branco.....	2	1	—	—	—	—	—	—	1
Boa Vista.....	2	1	—	—	—	—	—	—	1
Pará.....	55	22	7	2	9	8	9	17	7
Belém.....	46	18	7	2	9	7	8	15	4
Amapá.....	6	2	1	—	1	1	1	2	1
Macapá.....	6	2	1	—	1	1	1	2	1
Maranhão.....	30	13	6	1	7	2	3	5	5
São Luís.....	20	7	5	1	6	2	3	5	2
Piauí.....	31	15	3	—	3	—	9	9	4
Teresina.....	17	7	3	—	3	—	5	5	2
Ceará.....	121	61	12	1	13	5	8	13	34
Fortaleza.....	59	28	10	1	11	1	4	5	15
Pão Grande do Norte.....	52	14	3	1	4	12	9	21	13
Natal.....	20	6	3	1	4	3	6	9	1
Paraíba.....	51	23	5	4	9	8	5	13	6
João Pessoa.....	21	8	3	2	5	4	3	7	1
Pernambuco.....	190	89	25	13	38	10	15	25	38
Recife.....	104	46	21	12	33	6	10	16	9
Alagoas.....	40	20	7	—	7	2	3	5	8
Maceió.....	24	7	7	—	7	2	3	5	5
Sergipe.....	33	14	4	1	5	2	5	7	7
Aracaju.....	19	8	4	1	5	1	2	3	3
Bahia.....	173	90	19	8	27	10	14	24	32
Salvador.....	72	33	14	8	22	3	7	10	7
Minas Gerais.....	695	299	70	12	82	74	104	178	136
Belo Horizonte.....	95	39	21	7	28	10	9	19	9
Espírito Santo.....	70	29	10	1	11	4	10	14	16
Vitória.....	25	8	4	1	5	3	5	8	4
Rio de Janeiro.....	256	108	39	11	50	19	43	62	36
Niterói.....	52	17	11	6	17	5	8	13	5
Distrito Federal.....	379	172	85	39	124	36	36	72	11
São Paulo.....	1 190	456	161	75	236	119	157	276	222
São Paulo.....	335	123	54	35	89	38	49	87	36
Paraná.....	183	74	22	5	27	6	26	32	50
Curitiba.....	42	17	11	2	13	1	7	8	4
Santa Catarina.....	130	31	5	2	7	4	11	15	77
Florianópolis.....	18	3	3	2	5	2	2	4	6
Rio Grande do Sul.....	339	169	37	9	46	17	47	64	60
Pôrto Alegre.....	64	28	12	5	17	4	10	14	5
Mato Grosso.....	40	19	6	—	6	1	5	6	9
Cuiabá.....	9	4	1	—	1	—	1	1	3
Goiás.....	101	47	6	2	8	3	10	13	33
Goiânia.....	18	7	2	1	3	2	4	6	3
BRASIL.....	4 210	1 785	537	188	725	346	537	883	817
Capitais.....	1 480	602	286	127	413	133	190	323	142

I — ENSINO MÉDIO EM GERAL

3. ALUNOS MATRICULADOS, SEGUNDO OS RAMOS DO ENSINO E OS CICLOS DIDÁTICOS — 1954

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E CAPITAIS	UNIDADES ESCOLARES NO INÍCIO DO ANO LETIVO								
	Em geral	Ensino secundário				Ensino comercial			Ensino normal (básico e pedagógico)
		Ginasial	Colegial			Básico	Técnico	Total	
			Científico	Clássico	Total				
Guaporé.....	322	279	—	—	—	—	—	—	43
Pôrto Velho.....	322	279	—	—	—	—	—	—	43
Acre.....	740	405	25	—	25	—	98	98	212
Rio Branco.....	570	405	25	—	25	—	98	98	42
Amazonas.....	4 807	2 952	384	110	474	894	351	1 045	306
Manaus.....	4 595	2 842	364	110	474	676	351	1 027	252
Rio Branco.....	187	143	—	—	—	—	—	—	44
Boa Vista.....	157	143	—	—	—	—	—	—	44
Pará.....	10 609	5 094	967	58	1 025	2 190	1 078	3 268	392
Belém.....	10 076	5 559	967	58	1 025	2 113	1 068	3 181	311
Amapá.....	522	325	28	—	28	64	44	108	61
Marapá.....	522	325	28	—	28	64	44	108	61
Maranhão.....	6 354	4 363	768	5	773	465	418	883	335
São Luís.....	5 167	3 337	746	5	751	466	418	883	196
Piauí.....	5 771	4 101	450	—	450	—	552	852	368
Terceira.....	4 213	3 023	450	—	460	—	537	637	203
Ceará.....	17 786	12 063	2 420	142	2 562	502	927	1 429	1 792
Fortaleza.....	13 305	8 783	2 348	142	2 490	169	712	881	1 151
Rio Grande do Norte.....	5 475	3 138	616	32	648	702	471	1 173	516
Natal.....	3 699	2 280	616	32	648	342	350	692	79
Paraná.....	8 787	5 836	781	325	1 106	1 221	457	1 678	167
João Pessoa.....	4 735	3 044	567	279	830	635	259	794	61
Pernambuco.....	31 088	21 625	3 149	614	3 763	1 072	1 734	2 800	2 894
Recife.....	21 747	14 824	3 009	607	3 616	935	1 422	2 357	950
Alagoas.....	6 430	4 176	848	—	848	315	419	734	672
Maceió.....	4 777	2 853	848	—	848	315	419	734	342
Sergipe.....	4 756	3 313	448	70	518	442	318	760	165
Aracaju.....	3 946	2 767	448	70	518	284	280	570	90
Bahia.....	30 598	22 740	2 532	976	3 508	826	1 607	2 433	1 917
Salvador.....	19 360	13 790	2 317	876	3 293	339	1 199	1 538	739
Minas Gerais.....	87 776	57 451	7 522	524	8 046	9 093	7 548	16 641	5 638
Belo Horizonte.....	21 400	12 127	3 813	415	4 228	2 894	1 553	4 437	608
Espírito Santo.....	11 865	7 051	815	84	899	1 491	1 077	2 568	747
Vitória.....	6 090	3 593	468	84	552	1 037	607	1 644	310
Rio de Janeiro.....	35 865	25 243	3 197	368	3 565	2 110	3 017	5 127	1 930
Niterói.....	9 910	6 492	1 644	200	1 844	356	950	1 315	250
Distrito Federal.....	87 802	58 374	13 335	2 289	15 624	6 282	5 137	11 399	2 495
São Paulo.....	230 218	144 229	17 865	4 072	21 937	23 251	15 525	38 776	25 256
São Paulo.....	82 356	48 752	9 461	2 659	12 120	10 863	6 711	17 574	3 910
Paraná.....	31 473	21 614	3 454	212	3 666	278	2 838	3 114	3 679
Curitiba.....	12 061	8 102	2 566	156	2 722	52	1 498	1 550	587
Santa Catarina.....	13 869	6 866	435	98	533	515	1 046	1 563	4 907
Florianópolis.....	3 559	1 944	327	98	425	262	366	628	502
Rio Grande do Sul.....	56 203	39 026	5 030	867	6 897	1 798	3 757	5 555	6 725
Pôrto Alegre.....	18 873	12 183	3 399	753	4 152	554	1 337	1 021	617
Mato Grosso.....	6 345	5 093	477	—	477	39	438	477	298
Cuiabá.....	1 914	1 556	139	—	130	—	83	83	136
Goiás.....	9 633	6 717	731	92	823	427	795	1 222	871
Goiânia.....	3 525	1 010	629	69	698	300	457	577	120
BRASIL.....	705 431	463 687	66 277	10 838	77 215	53 755	49 954	103 709	60 820
Capitais.....	345 709	219 287	48 404	0 022	57 426	28 927	25 901	54 828	14 168

I — ENSINO MÉDIO EM GERAL

4. CONCLUSÕES DE CURSO, SEGUNDO OS RAMOS DO ENSINO E OS CICLOS DIDÁTICOS — 1953

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E CAPITAIS	UNIDADES ESCOLARES NO INÍCIO DO ANO LETIVO								Ensino normal (básico e pedagógico)
	Em geral	Ensino secundário				Ensino comercial			
		Ginasial	Colegial			Básico	Técnico	Total	
Científico	Clássico		Total						
Guaporé.....	41	32	—	—	—	—	—	—	9
Pôrto Velho.....	41	32	—	—	—	—	—	—	9
Acre.....	82	31	—	—	—	5	5	5	45
Rio Branco.....	46	31	—	—	—	5	5	5	10
Amazonas.....	541	308	47	16	63	39	77	116	54
Manaus.....	529	302	47	16	63	39	77	116	48
Rio Branco.....	13	—	—	—	—	—	—	—	13
Boa Vista.....	13	—	—	—	—	—	—	—	13
Pará.....	1 280	599	173	38	211	167	204	371	99
Belém.....	1 185	531	173	38	211	160	204	364	79
Amapá.....	65	14	—	—	—	6	7	13	38
Macapá.....	65	14	—	—	—	6	7	13	38
Maranhão.....	897	543	134	7	141	39	116	155	58
São Luis.....	773	444	131	7	138	39	116	155	36
Piauí.....	753	495	94	—	94	—	80	80	84
Teresina.....	541	327	94	—	94	—	80	80	40
Ceará.....	2 964	1 609	555	6	561	67	230	297	497
Fortaleza.....	2 306	1 198	533	6	539	46	189	234	335
Rio Grande do Norte.....	675	351	104	20	124	42	116	158	42
Natal.....	501	230	104	20	124	25	98	123	24
Paraíba.....	946	626	67	39	106	119	77	196	17
João Pessoa.....	507	288	57	36	93	84	44	128	—
Pernambuco.....	4 296	2 408	693	155	848	105	247	352	688
Recife.....	3 183	1 716	691	155	846	89	200	299	332
Alagoas.....	916	466	188	—	188	27	52	79	183
Maceió.....	694	326	188	—	188	27	52	79	101
Sergipe.....	655	403	32	17	49	36	93	129	74
Aracaju.....	559	344	32	17	49	36	84	120	46
Bahia.....	5 138	2 783	984	372	1 356	85	370	455	544
Salvador.....	3 787	1 922	947	372	1 319	53	304	357	189
Minas Gerais.....	13 118	7 422	1 604	117	1 721	650	1 588	2 238	1 737
Belo Horizonte.....	3 243	1 348	807	76	883	206	291	497	515
Espírito Santo.....	1 862	953	124	5	129	141	264	405	375
Vitória.....	981	442	85	5	90	116	175	291	158
Rio de Janeiro.....	5 444	3 310	557	100	657	260	665	925	553
Niterói.....	1 735	1 028	299	69	368	51	217	268	71
Distrito Federal.....	17 199	9 498	2 868	563	3 431	1 184	1 398	2 582	1 688
São Paulo.....	31 812	16 133	761	3 733	2 972	2 325	3 485	5 810	6 136
São Paulo.....	11 673	5 681	1 882	610	2 492	1 192	1 433	2 625	875
Paraná.....	4 816	2 504	860	68	928	10	549	559	735
Curitiba.....	2 574	1 275	737	62	799	10	300	310	190
Santa Catarina.....	2 044	692	94	20	114	35	164	199	1 039
Morianópolis.....	477	199	69	20	89	24	48	72	117
Rio Grande do Sul.....	7 435	4 549	992	230	1 222	174	827	1 001	663
Pôrto Alegre.....	2 835	1 532	674	213	887	64	304	368	48
Mato Grosso.....	848	599	65	—	65	—	96	100	84
Cuiabá.....	279	199	24	—	24	—	32	32	24
Goiás.....	1 164	738	131	19	150	10	120	130	146
Goiânia.....	508	259	87	19	106	10	93	103	40
BRASIL.....	105 003	57 156	13 338	2 553	15 891	5 525	10 630	16 355	15 601
Capitais.....	56 234	29 164	10 529	2 304	12 833	3 460	5 751	9 211	5 026

II — ENSINO SECUNDÁRIO

1. UNIDADES ESCOLARES, SEGUNDO OS CICLOS DIDÁTICOS E A ENTIDADE MANTENEDORA DO ENSINO — 1954

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	UNIDADES ESCOLARES NO INÍCIO DO ANO LETIVO																
	Ciclo ginásial					Ciclo colegial											
	Total	Segundo a entidade mantenedora do ensino				Total	Científico				Total	Clássico					
		Federal	Estadual	Municipal	Particular		Federal	Estadual	Municipal	Particular		Federal	Estadual	Municipal	Particular		
Guaporé.....	3	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Acre.....	2	2	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amazonas.....	12	1	2	—	9	3	—	1	—	2	1	—	1	—	—	—	—
Rio Branco.....	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pará.....	22	—	2	—	20	7	—	1	—	6	2	—	1	—	—	1	—
Amapá.....	2	2	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maranhão.....	13	—	2	—	11	6	—	1	—	5	1	—	1	—	—	—	—
Piauí.....	15	—	2	2	11	3	—	1	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Ceará.....	61	—	2	2	57	12	1	1	—	10	1	—	1	—	—	—	—
Rio Grande do Norte.....	14	—	2	—	12	3	—	1	—	2	1	—	1	—	—	—	—
Paraíba.....	23	—	3	—	20	5	—	2	—	3	4	—	2	—	—	—	2
Pernambuco.....	89	—	3	0	80	25	—	2	—	23	13	—	2	—	—	—	11
Alagoas.....	20	—	2	1	17	7	—	2	—	5	—	—	—	—	—	—	—
Sergipe.....	14	—	3	—	11	4	—	1	—	3	1	—	1	—	—	—	—
Bahia.....	90	1	12	1	76	18	1	2	1	15	8	1	2	—	—	—	5
Minas Gerais.....	290	—	34	10	255	70	1	7	2	60	12	—	3	1	—	—	8
Espírito Santo.....	26	—	5	—	24	10	—	4	—	6	1	—	1	—	—	—	—
Rio de Janeiro.....	105	—	4	0	98	30	—	3	2	34	11	—	3	—	—	—	8
Distrito Federal.....	172	8	—	21	143	85	0	—	3	76	30	4	—	1	—	—	34
São Paulo.....	456	1	189	9	257	161	2	79	—	80	75	—	39	—	—	—	36
Paraná.....	74	—	42	1	31	22	—	8	—	14	5	—	4	—	—	—	1
Santa Catarina.....	31	—	3	—	28	5	—	1	—	4	2	—	1	—	—	—	1
Rio Grande do Sul.....	169	1	26	4	138	37	—	9	1	27	9	—	2	1	—	—	6
Mato Grosso.....	19	—	6	—	10	6	—	3	—	3	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	47	1	10	5	31	0	—	2	—	4	2	—	2	—	—	—	—
BRASIL.....	1 785	19	354	68	1 344	537	13	131	9	384	188	8	67	3	—	—	113

II — ENSINO SECUNDÁRIO

2. ALUNOS MATRICULADOS, SEGUNDO OS CICLOS DIDÁTICOS E A ENTIDADE MANTENEDORA DO ENSINO — 1954

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ALUNOS MATRICULADOS NO INÍCIO DO ANO LETIVO																
	Ciclo ginasial				Ciclo colegial												
	Total	Segundo a entidade mantenedora do ensino			Total	Científico				Total	Clássico						
		Federal	Estadual	Municipal		Particular	Federal	Estadual	Municipal		Particular	Federal	Estadual	Municipal	Particular		
Quapóré.....	279	107	—	—	172	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Acre.....	405	405	—	—	—	25	25	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amazonas.....	2 982	25	1 328	—	1 625	364	—	249	—	115	110	—	110	—	—	—	—
Rio Branco.....	143	143	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pará.....	5 994	—	1 610	—	4 384	967	—	344	—	623	58	—	43	—	—	13	—
Amapá.....	325	325	—	—	—	28	25	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maranhão.....	4 363	—	1 172	—	3 191	768	—	310	—	458	5	—	5	—	—	—	—
Piauí.....	4 101	—	1 131	314	2 656	450	—	316	—	134	—	—	—	—	—	—	—
Ceará.....	12 003	—	2 113	662	9 223	2 420	326	927	—	1 164	142	—	142	—	—	—	—
Rio Grande do Norte.....	3 138	—	1 146	—	1 992	616	—	563	—	53	32	—	32	—	—	—	—
Paraíba.....	5 336	—	1 735	—	4 051	781	—	620	—	161	325	—	263	—	—	62	—
Pernambuco.....	21 625	—	2 392	774	18 459	3 149	—	468	—	2 681	614	—	193	—	—	421	—
Alagoas.....	4 176	—	891	180	3 106	848	—	295	—	553	—	—	—	—	—	—	—
Sergipe.....	3 313	—	1 352	—	1 961	448	—	252	—	196	70	—	70	—	—	—	—
Bahia.....	22 740	135	8 848	452	13 305	2 532	25	1 409	43	1 055	976	19	773	—	—	184	—
Minas Gerais.....	57 451	—	8 009	1 674	47 768	7 522	206	651	252	6 383	524	—	106	81	337	—	—
Espírito Santo.....	7 651	—	2 535	—	5 116	815	—	329	—	486	84	—	84	—	—	—	—
Rio de Janeiro.....	25 243	—	1 737	1 398	22 108	3 197	—	652	83	2 462	368	—	172	—	196	—	—
Distrito Federal.....	58 374	5 083	—	10 315	42 976	13 335	1 333	—	293	11 709	2 289	194	—	29	2 096	—	—
São Paulo.....	144 229	184	56 759	1 441	85 845	17 885	306	7 415	—	10 164	4 072	—	1 815	—	2 257	—	—
Paraná.....	21 614	—	13 568	63	7 983	3 454	—	1 012	—	1 542	312	—	184	—	28	—	—
Santa Catarina.....	6 886	—	1 585	—	5 281	435	—	189	—	246	95	—	95	—	3	—	—
Rio Grande do Sul.....	39 028	76	8 600	874	29 476	5 030	—	2 432	122	2 478	367	—	317	44	506	—	—
Mato Grosso.....	5 093	—	1 684	—	3 409	477	—	200	—	277	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	6 717	13	1 803	610	4 291	731	—	546	—	185	92	—	92	—	—	—	—
BRASIL.....	463 687	6 500	120 048	18 757	318 382	66 277	2 252	20 109	793	43 123	10 938	213	4 498	154	6 073	—	—

II — ENSINO SECUNDÁRIO

3. ALUNOS MATRICULADOS, SEGUNDO OS CICLOS DIDÁTICOS E CURRÍCULO ESCOLAR — 1954

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ALUNOS MATRICULADOS NO INÍCIO DO ANO LETIVO																
	Em geral	Ciclo ginasial					Ciclo colegial										
		1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	Total	Científico				Clássico						
							1.º ano	2.º ano	3.º ano	Total	1.º ano	2.º ano	3.º ano	Total			
Guaporé.....	279	144	73	32	30	279	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Acre.....	430	191	104	62	48	405	11	14	—	25	—	—	—	—	—	—	—
Amazonas.....	3 456	1 126	570	584	402	2 982	179	116	70	304	64	23	23	110	—	—	—
Rio Branco.....	143	69	43	19	15	143	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pará.....	7 019	2 168	1 722	1 205	870	5 994	477	283	307	907	20	22	16	58	—	—	—
Amapá.....	353	197	59	39	30	325	14	8	6	28	—	—	—	—	—	—	—
Maranhão.....	5 136	1 488	1 360	852	663	4 363	392	211	165	768	5	—	—	5	—	—	—
Piauí.....	4 551	1 407	1 213	905	576	4 101	269	109	72	450	—	—	—	—	—	—	—
Ceará.....	14 505	4 149	3 267	2 574	2 013	12 003	1 126	747	547	2 420	63	43	36	142	—	—	—
Rio Grande do Norte.....	3 780	1 106	884	624	434	3 138	271	182	163	616	15	17	—	32	—	—	—
Paraíba.....	6 942	2 269	1 602	1 163	853	5 836	428	235	117	781	153	108	64	335	—	—	—
Pernambuco.....	25 338	8 190	6 840	4 308	3 237	21 625	1 361	929	859	3 149	241	197	176	614	—	—	—
Alagoas.....	5 024	1 501	1 126	556	603	4 170	365	268	225	848	—	—	—	—	—	—	—
Sergipe.....	3 831	1 205	959	693	466	3 313	237	86	75	448	35	10	16	70	—	—	—
Bahia.....	26 248	9 135	6 400	4 231	2 974	22 740	1 183	717	632	2 532	572	245	159	976	—	—	—
Minas Gerais.....	65 497	21 370	15 845	11 442	3 794	57 451	3 454	2 219	1 549	7 522	268	143	83	524	—	—	—
Espírito Santo.....	8 550	2 791	2 070	1 541	1 249	7 651	391	263	156	815	48	22	14	84	—	—	—
Rio de Janeiro.....	28 508	9 283	6 352	5 107	3 941	25 243	1 486	935	766	3 197	182	114	102	368	—	—	—
Distrito Federal.....	73 998	18 917	16 020	12 983	10 446	58 374	5 500	4 008	3 827	13 335	891	766	630	3 289	—	—	—
São Paulo.....	166 186	52 342	40 318	29 794	21 778	144 229	8 742	5 125	4 018	17 885	1 002	1 224	856	4 072	—	—	—
Paraná.....	26 290	8 226	6 028	4 253	3 010	21 014	1 503	1 006	652	3 154	100	65	47	212	—	—	—
Santa Catarina.....	7 390	2 020	1 941	1 394	911	6 800	233	127	75	435	43	81	24	98	—	—	—
Rio Grande do Sul.....	44 923	14 787	10 727	7 803	5 709	39 026	2 350	1 510	1 140	5 030	344	293	230	867	—	—	—
Mato Grosso.....	5 570	1 943	1 319	1 073	753	5 063	254	134	89	477	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	7 540	2 705	1 899	1 199	914	6 717	365	212	154	731	46	22	24	92	—	—	—
BRASIL.....	640 902	189 626	129 605	94 790	70 768	483 687	30 962	19 861	15 754	66 277	5 082	3 356	2 530	10 338	—	—	—

II — ENSINO SECUNDÁRIO

4. CONCLUSÕES DE CURSO, SEGUNDO OS CICLOS DIDÁTICOS E A ENTIDADE MANTENEDORA DO ENSINO — 1953

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CONCLUSÕES DE CURSO																
	Ciclo ginásial				Ciclo colegial												
	Total	Segundo a entidade mantenedora do ensino			Total	Científico				Total	Clássico						
		Fede- ral	Esta- dual	Muni- cipal		Parti- cular	Fede- ral	Esta- dual	Muni- cipal		Parti- cular	Fede- ral	Esta- dual	Muni- cipal	Parti- cular		
Guaaporé.....	32	—	—	—	32	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Acre.....	31	31	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amazonas.....	308	4	130	—	174	47	—	32	—	15	16	—	16	—	—	—	—
Rio Branco.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pará.....	599	—	114	—	485	173	—	24	—	149	38	—	17	—	—	—	21
Amapá.....	14	14	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maranhão.....	543	—	184	—	359	134	—	42	—	92	7	—	7	—	—	—	—
Piauí.....	495	—	103	36	356	94	—	64	—	30	—	—	—	—	—	—	—
Ceará.....	1 609	—	296	8	1 305	555	104	187	—	264	6	—	6	—	—	—	—
Rio Grande do Norte.....	351	—	130	—	221	104	—	93	—	11	20	—	20	—	—	—	—
Paraíba.....	626	—	158	—	470	67	—	63	—	4	39	—	35	—	—	—	4
Pernambuco.....	2 408	—	179	57	2 172	893	—	37	—	656	155	—	18	—	—	—	173
Alagoas.....	466	—	79	27	360	128	—	73	—	115	—	—	—	—	—	—	—
Sergipe.....	403	—	169	—	234	32	—	32	—	—	17	—	17	—	—	—	—
Bahia.....	2 783	16	855	47	1 865	984	—	728	—	256	372	—	309	—	—	—	63
Minas Gerais.....	7 422	—	967	143	6 312	1 604	99	125	9	1 371	117	—	30	—	—	—	87
Espírito Santo.....	953	—	257	—	696	124	—	55	—	69	5	—	5	—	—	—	—
Rio de Janeiro.....	3 310	—	216	76	3 018	557	—	58	12	487	100	—	36	—	—	—	64
Distrito Federal.....	9 496	696	—	1 182	7 620	2 868	428	—	4	2 436	563	36	—	—	—	—	527
São Paulo.....	16 133	18	6 163	84	9 868	2 972	106	925	—	1 941	761	—	218	—	—	—	545
Paraná.....	2 954	—	1 315	—	1 279	960	—	337	—	523	68	—	30	—	—	—	33
Santa Catarina.....	692	—	126	—	566	94	—	36	—	56	20	—	20	—	—	—	—
Rio Grande do Sul.....	4 549	—	725	51	3 773	992	—	506	31	461	230	—	86	—	5	—	139
Mato Grosso.....	599	—	236	—	363	65	—	24	—	41	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	738	—	231	33	474	131	—	57	—	44	19	—	19	—	—	—	—
BRASIL.....	57 156	779	12 631	1 744	42 002	13 338	737	3 522	56	9 023	2 553	36	887	5	1 625	—	—

III — ENSINO COMERCIAL

1. UNIDADES ESCOLARES, SEGUNDO OS CICLOS DIDÁTICOS E A ENTIDADE MANTENEDORA DO ENSINO — 1954

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	UNIDADES ESCOLARES NO INÍCIO DO ANO LETIVO									
	Curso básico					Curso técnico				
	Total	Segundo a entidade mantenedora do ensino				Total	Segundo a entidade mantenedora do ensino			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular		Federal	Estadual	Municipal	Particular
Guaporé.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Acre.....	—	—	—	—	1	1	—	—	—	
Amazonas.....	3	—	—	1	2	6	—	—	1	
Rio Branco.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Pará.....	8	—	—	—	8	9	—	—	—	
Amapá.....	1	—	—	—	1	1	—	—	—	
Maranhão.....	2	—	—	—	2	3	—	—	—	
Piauí.....	—	—	—	—	—	9	—	—	—	
Ceará.....	6	—	—	—	5	8	—	—	—	
Rio Grande do Norte.....	12	—	—	—	12	6	—	—	—	
Paraná.....	8	—	—	—	8	5	—	—	—	
Pernambuco.....	10	—	—	—	10	15	—	—	1	
Alagoas.....	2	—	—	—	2	3	—	—	—	
Sergipe.....	2	—	1	—	1	5	—	1	—	
Bahia.....	10	—	—	—	10	14	—	—	—	
Minas Gerais.....	74	—	1	—	73	104	—	1	3	
Espirito Santo.....	4	—	—	—	4	10	—	—	—	
Rio de Janeiro.....	19	—	—	1	18	43	—	—	—	
Distrito Federal.....	36	1	—	3	32	36	—	—	2	
São Paulo.....	119	1	—	2	116	157	—	—	5	
Paraná.....	6	—	—	—	6	26	1	2	—	
Santa Catarina.....	4	—	—	—	4	11	—	1	—	
Rio Grande do Sul.....	17	—	—	—	17	47	1	—	1	
Mato Grosso.....	1	—	—	—	1	6	—	2	—	
Goiás.....	3	—	—	—	3	10	—	—	—	
BRASIL.....	346	2	2	7	328	537	3	7	13	

III — ENSINO COMERCIAL

2. ALUNOS MATRICULADOS, SEGUNDO OS CICLOS DIDÁTICOS E A ENTIDADE MANTENEDORA DO ENSINO — 1954

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ALUNOS MATRICULADOS NO INÍCIO DO ANO LETIVO									
	Curso básico					Curso técnico				
	Total	Segundo a entidade mantenedora do ensino				Total	Segundo a entidade mantenedora do ensino			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular		Federal	Estadual	Municipal	Particular
Guaaporé.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Acre.....	—	—	—	—	98	98	—	—	—	
Amazonas.....	694	—	—	155	539	351	—	—	63	
Rio Branco.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Pará.....	2 190	—	—	—	2 190	1 078	—	—	—	
Amapá.....	64	—	—	—	64	44	—	—	—	
Maranhão.....	465	—	—	—	465	418	—	—	—	
Piauí.....	—	—	—	—	—	852	—	—	—	
Ceará.....	502	—	—	—	502	927	—	—	—	
Rio Grande do Norte.....	702	—	—	—	702	471	—	—	—	
Paraíba.....	1 221	—	—	—	1 221	457	—	—	—	
Pernambuco.....	1 072	—	—	—	1 072	1 734	—	—	65	
Alagoas.....	315	—	—	—	315	419	—	—	—	
Bergipe.....	442	—	284	—	158	318	—	198	—	
Bahia.....	826	—	—	—	826	1 607	—	—	—	
Minas Gerais.....	9 093	—	343	—	8 750	7 548	—	90	102	
Espírito Santo.....	1 491	—	—	—	1 491	1 077	—	—	—	
Rio de Janeiro.....	2 110	—	—	86	2 024	3 017	—	—	—	
Distrito Federal.....	6 262	93	—	1 110	5 059	5 137	—	—	173	
São Paulo.....	23 251	160	—	369	22 722	16 625	—	—	296	
Paraná.....	276	—	—	—	276	2 838	335	141	—	
Santa Catarina.....	515	—	—	—	515	1 048	—	61	—	
Rio Grande do Sul.....	1 798	—	—	—	1 798	3 757	164	—	49	
Mato Grosso.....	39	—	—	—	39	438	—	324	—	
Goiás.....	427	—	—	—	427	795	—	—	—	
BRASIL.....	53 755	263	627	1 720	51 155	49 954	597	724	748	

III — ENSINO COMERCIAL

3. ALUNOS MATRICULADOS, SEGUNDO OS CICLOS DIDÁTICOS E O CURRÍCULO ESCOLAR — 1954

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ALUNOS MATRICULADOS NO INÍCIO DO ANO LETIVO									
	Em geral	Curso básico					Curso técnico			
		1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	Total	1.º ano	2.º ano	3.º ano	Total
Guaaporé.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Acre.....	98	—	—	—	—	53	20	25	98	
Amazonas.....	1 045	287	168	138	81	094	181	102	68	351
Rio Branco.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pará.....	3 268	800	695	422	304	2 190	471	331	276	1 078
Amapá.....	109	29	20	10	5	64	30	7	7	44
Maranhão.....	883	187	133	104	41	465	172	124	122	418
Piauí.....	852	—	—	—	—	—	458	227	167	852
Ceará.....	1 429	168	143	94	97	502	371	320	236	927
Rio Grande do Norte.....	1 173	359	160	99	94	702	226	123	122	471
Paraíba.....	1 078	517	323	228	153	1 221	189	163	105	457
Pernambuco.....	2 806	345	312	250	165	1 072	922	478	334	1 734
Alagoas.....	734	127	86	54	48	315	203	115	101	419
Sergipe.....	700	108	123	108	105	442	133	102	83	318
Bahia.....	2 433	349	173	159	145	826	723	549	335	1 607
Minas Gerais.....	16 641	4 075	2 372	1 560	1 088	9 093	3 335	2 352	1 861	7 548
Espírito Santo.....	2 588	562	441	207	221	1 491	470	355	252	1 077
Rio de Janeiro.....	5 127	785	502	480	343	2 110	1 303	906	638	3 017
Distrito Federal.....	11 399	2 336	1 695	1 204	1 067	6 262	2 178	1 540	1 410	5 137
São Paulo.....	38 770	8 957	6 870	4 644	3 771	23 251	6 485	4 927	4 113	15 525
Paraná.....	3 103	151	108	11	6	276	1 222	888	728	2 838
Santa Catarina.....	1 563	164	174	135	42	515	506	288	194	1 048
Rio Grande do Sul.....	5 855	618	406	447	267	1 738	1 705	1 152	900	3 757
Mato Grosso.....	477	13	9	11	6	39	231	120	87	438
Goiás.....	1 222	189	113	68	57	427	364	272	150	785
BRASIL.....	103 698	21 136	13 905	10 551	8 164	63 755	22 051	16 530	12 373	49 954

III — ENSINO COMERCIAL

4. CONCLUSÕES DE CURSO, SEGUNDO OS CICLOS DIDÁTICOS E A ENTIDADE MANTENEDORA DO ENSINO — 1953

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CONCLUSÕES DE CURSO EM 1953								
	Curso básico				Curso técnico				
	Total	Segundo a entidade mantenedora do ensino				Total	Segundo a entidade mantenedora do ensino		
Federal		Estadual	Municipal	Particular	Federal		Estadual	Municipal	Particular
Guaporé.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Acre.....	—	—	—	—	5	5	—	—	—
Amazonas.....	39	—	—	10	29	77	—	—	42
Rio Branco.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pará.....	167	—	—	—	167	204	—	—	204
Amapá.....	6	—	—	—	6	7	—	—	7
Maranhão.....	39	—	—	—	39	110	—	—	119
Piauí.....	—	—	—	—	—	80	—	—	80
Ceará.....	67	—	—	—	67	230	—	—	230
Rio Grande do Norte.....	42	—	—	—	42	116	—	—	116
Paraíba.....	119	—	—	—	119	77	—	—	77
Pernambuco.....	105	—	—	—	105	247	—	—	9
Alagoas.....	27	—	—	—	27	52	—	—	52
Sergipe.....	36	—	36	—	—	93	—	67	—
Bahia.....	85	—	—	—	85	370	—	—	370
Minas Gerais.....	650	—	19	—	631	1 538	—	20	42
Espírito Santo.....	141	—	—	—	141	264	—	—	264
Rio de Janeiro.....	260	—	—	—	260	605	—	—	605
Distrito Federal.....	1 184	—	—	33	1 151	1 398	—	—	67
São Paulo.....	2 325	9	—	—	2 316	3 485	—	—	63
Paraná.....	10	—	—	—	10	549	40	17	—
Santa Catarina.....	35	—	—	—	35	164	—	8	—
Rio Grande do Sul.....	174	—	—	—	174	827	56	—	—
Mato Grosso.....	4	—	—	—	4	96	—	61	—
Goiás.....	10	—	—	—	10	120	—	—	—
BRASIL.....	5 825	9	56	43	5 418	10 830	107	173	223

IV — ENSINO NORMAL

1. UNIDADES ESCOLARES E ALUNOS MATRICULADOS EM 1954, E CONCLUSÕES DE CURSO EM 1953, SEGUNDO A ENTIDADE MANTENEDORA DO ENSINO

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	UNIDADES ESCOLARES NO INÍCIO DO ANO LETIVO				ALUNOS MATRICULADOS NO INÍCIO DO ANO LETIVO				CONCLUSÕES DE CURSO EM 1953						
	Total	Segundo a entidade mantenedora do ensino			Total	Segundo a entidade mantenedora do ensino			Total	Segundo a entidade mantenedora do ensino					
		Federal	Estadual	Municipal		Particular	Federal	Estadual		Municipal	Particular	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Guaporé.....	2	1	—	—	1	45	20	—	—	14	0	4	—	—	5
Itacaré.....	4	1	—	—	3	212	42	—	—	170	40	10	—	—	30
Amazonas.....	5	—	1	—	4	300	—	179	—	127	54	—	38	—	16
Rio Branco.....	1	1	—	—	—	44	44	—	—	—	13	13	—	—	—
Pará.....	7	—	1	—	6	352	—	182	—	200	96	—	41	—	58
Amapá.....	1	1	—	—	—	01	01	—	—	—	35	38	—	—	—
Maranhão.....	5	—	1	—	4	335	—	167	—	165	58	—	30	—	22
Piauí.....	4	—	1	1	2	368	—	134	137	97	84	—	18	44	22
Ceará.....	34	—	1	—	33	1 702	—	207	—	1 585	407	—	55	—	442
Rio Grande do Norte.....	12	—	13	—	—	516	—	516	—	—	42	—	42	—	—
Paraíba.....	0	—	1	—	—	167	—	61	—	106	17	—	—	—	17
Pernambuco.....	35	—	1	1	36	2 594	—	245	55	2 594	688	—	107	5	576
Alagoas.....	8	—	3	—	5	672	—	317	—	355	183	—	102	—	81
Sergipe.....	7	—	2	—	5	165	—	70	—	95	74	—	29	—	45
Bahia.....	32	—	6	—	20	1 917	—	823	—	1 094	511	—	277	—	207
Minas Gerais.....	136	—	27	2	107	5 038	—	1 033	143	4 402	1 737	—	191	20	1 526
Espírito Santo.....	10	—	4	—	12	747	—	336	—	409	375	—	144	—	231
Rio de Janeiro.....	36	—	3	—	33	1 030	—	283	—	1 617	552	—	71	—	481
Distrito Federal.....	11	—	—	2	9	2 495	—	—	2 233	262	1 085	—	—	1 592	96
São Paulo.....	222	1	91	16	114	25 256	97	12 558	1 171	11 430	6 136	10	3 253	168	2 715
Paraná.....	50	—	40	—	10	3 079	—	2 507	—	572	735	—	571	—	164
Santa Catarina.....	77	—	51	4	22	4 907	—	3 258	171	1 478	1 030	—	774	17	248
Rio Grande do Sul.....	60	—	22	1	37	5 725	—	2 378	35	3 312	603	—	165	—	408
Mato Grosso.....	9	—	0	—	3	298	—	204	—	94	84	—	63	—	21
Goiás.....	33	—	3	17	13	871	—	102	440	320	146	—	41	7	98
BRASIL.....	817	5	278	44	480	80 820	273	25 562	4 284	30 891	15 601	75	6 018	1 843	7 865

IV — ENSINO NORMAL

2. ALUNOS MATRICULADOS EM 1954, SEGUNDO O CURRÍCULO ESCOLAR

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ALUNOS MATRICULADOS NO INÍCIO DO ANO LETIVO					
	Em geral	Segundo o currículo escolar				
		1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano
Guanorô.....	43	22	10	3	8	—
Acre.....	212	85	40	52	26	—
Amazonas.....	306	167	96	36	7	—
Rio Branco.....	44	21	10	6	7	—
Pará.....	382	139	123	111	9	—
Amapá.....	61	—	19	16	26	—
Maranhão.....	335	134	101	95	5	—
Piauí.....	365	159	104	88	17	—
Ceará.....	1 792	585	678	529	—	—
Rio Grande do Norte.....	516	299	185	32	—	—
Paraíba.....	167	75	50	42	—	—
Pernambuco.....	2 594	1 048	808	656	200	182
Alagoas.....	672	195	192	198	87	—
Bergipe.....	165	93	47	9	16	—
Bahia.....	1 917	642	686	392	68	99
Minas Gerais.....	5 638	2 305	1 753	1 438	142	—
Espirito Santo.....	747	358	364	—	25	—
Rio de Janeiro.....	1 930	772	606	552	—	—
Distrito Federal.....	2 495	1 134	688	673	—	—
São Paulo.....	25 256	8 656	9 017	7 583	—	—
Paraná.....	3 079	1 323	1 004	604	148	—
Santa Catarina.....	4 907	1 932	1 198	969	808	—
Rio Grande do Sul.....	5 725	2 607	1 781	1 111	226	—
Mato Grosso.....	298	139	102	23	32	—
Goiás.....	871	602	216	38	15	—
BRASIL.....	60 820	23 482	19 887	15 258	1 802	281